

Contas do Exercício e Anexos





As melhores vistas da cidade



Contas do Exercício e Anexos



STCP





Índice

7	CONTAS DO EXERCÍCIO	130
8	OUTRA INFORMAÇÃO	190
	8.1 PAINEL DE INDICADORES DE ATIVIDADE	190
	8.2 PAINEL DE INDICADORES DE GRI	199
9	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	206
10	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	212



7. Contas do Exercício



Balanço em 31 de Dezembro de 2011

Ativo		(montantes expressos em euros)	
	Notas	2011	2010
Ativo não corrente		95.881.177,68	102.624.296,41
Ativos fixos tangíveis	8	90.689.317,34	96.254.611,42
Propriedades de investimento	12	4.534.300,00	4.534.300,00
Ativos intangíveis	7	496.743,23	666.137,20
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	6, 14	135.817,11	434.247,79
Participações financeiras - Outros métodos	6, 15	25.000,00	25.000,00
Outros ativos financeiros	28.1.2		710.000,00
Ativo corrente		13.735.348,35	12.121.540,42
Inventários	19	593.336,16	698.968,54
Cientes	28.2.1	4.761.308,14	1.454.204,13
Estado e outros entes públicos	32	3.572.772,18	3.045.642,10
Outras contas a receber	33	3.538.118,78	5.410.028,68
Diferimentos	34	138.678,85	343.710,48
Outros ativos financeiros	28.1.2		59.461,61
Caixa e depósitos bancários	4	1.131.134,24	1.109.524,88
Total do ativo		109.616.526,03	114.745.836,83

Capital Próprio e Passivo		(montantes expressos em euros)		
Capital Próprio		Notas	2011	2010
Capital realizado	28.4		79.649.000,00	79.649.000,00
Reservas legais	28.4		74.907,42	74.907,42
Outras reservas	28.4		25.727,80	25.727,80
Resultados transitados			-401.882.431,67	-365.307.988,74
Ajustamentos em ativos financeiros	28.4		122.236,59	122.096,76
Excedentes de revalorização	28.4		44.857.408,98	45.960.129,43
Outras variações no capital próprio	28.4		979.268,60	1.406.102,91
Resultado líquido do período			-54.545.474,57	-37.677.163,38
Total do capital próprio			-330.719.356,85	-275.747.187,80
Passivo				
Passivo não corrente			317.398.868,05	283.003.362,30
Provisões	22		3.983.602,55	4.599.763,02
Financiamentos obtidos	28.1.1		242.345.808,90	241.258.602,25
Responsabilidades por benefícios pós-reforma	29		822.229,00	929.257,00
Outros passivos financeiros	28.1.3		70.247.227,60	36.215.740,03
Passivo corrente			122.937.014,83	107.489.662,33
Fornecedores	31		4.569.034,23	4.634.972,13
Estado e outros entes públicos	32		891.626,90	977.855,64
Financiamentos obtidos	28.1.1		110.624.119,47	94.144.001,96
Outras contas a pagar	33		5.450.945,51	6.779.328,66
Deferimentos	34		1.261.585,77	882.612,00
Outros passivos financeiros	28.1.3		139.702,95	70.891,94
Total do passivo			440.335.882,88	390.493.024,63
Total do capital próprio e do passivo			109.616.526,03	114.745.836,83

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

Ganhos e Perdas		(montantes expressos em euros)	
	Notas	2011	2010
Vendas e serviços prestados	21	50.782.613,25	49.346.138,90
Subsídios à exploração	23	18.868.926,96	19.930.282,93
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	14	-5.965,24	-19.537,91
Variação nos inventários da produção	19	-291,30	-193,09
Trabalhos para a própria entidade	7, 8	39.418,10	33.294,45
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	19	-1.545.248,84	-1.421.071,04
Fornecimentos e serviços externos	35	32.622.194,86	32.611.139,44
Gastos com o pessoal	36	36.933.597,63	39.999.492,59
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	19	-5.975,69	-12.362,50
Provisões (Aumentos / reduções)	22	616.160,47	-3.450,27
Imparidade de investimentos não depreciações/amortizáveis (perdas/reversões)	28.1 .2.	-1.510.000,00	
Outros rendimentos e ganhos	38	3.431.171,37	3.399.112,85
Outros gastos e perdas	37	-789.362,69	-1.367.897,18
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		325.653,90	-2.726.314,89
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7, 8	-6.708.971,86	-6.527.901,47
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		-6.383.317,96	-9.254.216,36
Juros e rendimentos similares obtidos	11	341.269,95	4,02
Juros e gastos similares suportados	11	48.469.348,78	28.383.141,88
Resultados antes de impostos		-54.511.396,79	-37.637.354,22
Imposto sobre o rendimento do período		-34.077,78	-39.809,16
Resultado líquido do período	28.4.6	-54.545.474,57	-37.677.163,38

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração
Presidente
Vogais

Demonstração dos Resultados por Funções

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

Ganhos e Perdas		(montantes expressos em euros)	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados		69.651.540,21	69.276.421,83
Custo das vendas e dos serviços prestados		-63.532.016,79	-66.407.389,99
Resultado bruto		6.119.523,42	2.869.031,84
Outros rendimentos		4.543.565,45	3.674.790,43
Gastos de distribuição		-4.999.082,49	-4.843.796,71
Gastos de administrativos		-8.370.259,19	-7.921.731,52
Gastos de investigação e desenvolvimento		-1.909,67	-4.583,28
Outros gastos		-3.334.008,96	-3.027.927,12
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		-6.042.171,44	-9.254.216,36
Gastos de financiamento (líquidos)		-48.469.225,35	-28.383.137,86
Resultados antes de impostos		-54.511.396,79	-37.637.354,22
Imposto sobre o rendimento do período		-34.077,78	-39.809,16
Resultado líquido do período		-54.545.474,57	-37.677.163,38

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração
Presidente
Vogais

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2011

Valores expressos em euros

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período
Posição no Início do Período de 2011	6	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80	-365.307.988,74	122.096,76	45.960.129,43	1.406.102,91	-37.677.163,38
Alterações no Período									
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	28.4				1.102.720,45		-1.102.720,45		
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	28.4								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-37.677.163,38	139,83		-426.834,31	37.677.163,38
	7				-36.574.442,93	139,83	-1.102.720,45	-426.834,31	37.677.163,38
Resultado Líquido do Período	8								-54.545.474,57
Resultado Integral	9=7+8								-16.868.311,19
Operações com Detentores de Capital no Período									
	10								
Posição no Fim do Período de 2011	6+7+8+10	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80	-401.882.431,67	122.236,59	44.857.408,98	979.268,60	-54.545.474,57

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

em 31 de Dezembro de 2010

Valores expressos em euros

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período
Posição no Início do Período de 2010	6	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80	-342.042.468,39	96.111,87	46.373.157,83	2.171.618,37	-23.652.563,86
Alterações no Período									
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	28.4				413.028,40		-413.028,40		
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	28.4								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-23.678.548,75	25.984,89		-765.515,46	23.652.563,86
	7				-23.265.520,35	25.984,89	-413.028,40	-765.515,46	23.652.563,86
Resultado Líquido do Período	8								-37.677.163,38
Resultado Integral	9=7+8								-14.024.599,52
Operações com Detentores de Capital no Período									
	10								
Posição no Fim do Período de 2010	6+7+8+10	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80	-365.307.988,74	122.096,76	45.960.129,43	1.406.102,91	-37.677.163,38

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração
Presidente
Vogais

Demonstração de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

(montantes expressos em euros)			
	Notas	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método direto			
Recebimentos de clientes		53.440.484,50	59.579.337,67
Pagamentos a fornecedores		-38.359.111,08	-39.335.751,11
Pagamentos ao pessoal		-32.818.324,54	-32.867.649,34
Caixa gerada pelas operações		-17.736.951,12	-12.624.062,78
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		57.471,05	34.943,53
Outros recebimentos/pagamentos		15.554.374,51	10.609.223,34
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-2.125.105,56	-1.979.895,91
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1.065.585,84	-8.030.815,18
Ativos intangíveis		-102.123,91	-108.673,45
Investimento financeiros		-800.000,00	-260.056,12
Outros ativos		-14.731,84	
		-1.982.441,59	-8.399.544,75
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		7.366.810,31	15.815,00
Investimento financeiros		292.605,27	
Outros ativos			112.102,48
Subsídios ao investimento			3.754,72
Juros e rendimentos similares		247.562,42	2,91
		7.906.978,00	131.675,11
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		5.924.536,41	-8.267.869,64
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		153.516.000,00	48.610.000,00
		153.516.000,00	48.610.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-152.316.000,00	-40.810.000,00
Juros e gastos similares		-13.841.005,49	-8.395.320,00
Outras operações de financiamento		-4.645.571,56	-2.646.830,86
		-170.802.577,05	-51.852.150,86
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	4	17.286.577,05	-3.242.150,86
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-13.487.146,20	-13.489.916,41
Caixa e seus equivalentes no início do período		-18.452.882,55	-4.962.966,14
Caixa e seus equivalentes no final do período		-31.940.028,75	-18.452.882,55

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração
Presidente
Vogais

Notas Relativas às Demonstrações Financeiras

Período findo em 31.12.2011

(Montantes expressos em euros)

1. Nota Introdutória

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. foi instituída pelo Decreto-Lei 202/94 de 23 de julho, como sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sucedido ao Serviço de Transportes Colectivos do Porto, criado pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de dezembro de 1950. A sua sede é na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 13º piso, no Porto.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA assegura o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes - Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia – integrados na Área Metropolitana do Porto. Explora preponderantemente o modo autocarro e, residualmente, o modo carro elétrico.

Em 2011 a STCP recebeu a confirmação da renovação das certificações nas Normas NP EN ISO 9001:2008-Qualidade, NP EN ISO 14001:2004-Ambiente e OHSAS 18001:2007-Segurança e Saúde do Trabalho, após concluído o primeiro triénio de Certificação. Durante este ano de 2011 levou-se a cabo uma reestruturação quase total do sistema, que ganhou assim uma maturidade diferente, tendo-se adaptado às exigências e evoluções dinâmicas da estrutura, com o objetivo claro de simplificação de processos/procedimentos, assente numa lógica de organização transversal.

Em 2011 consolidou-se a implementação do ERP – sistema integrado de gestão – que havia sido adquirido em 2009 à Primavera.

No início de 2011 foi celebrado um contrato de *leasing* financeiro no montante de 5.925 milhares de euros para financiamento dos 15 autocarros de 2 pisos rececionados em dezembro de 2010, mas com entrada em operação no início de 2011.

Em setembro de 2011 foi liquidado o empréstimo *Schuldchein* no montante de 55.000 milhares de euros, contratado em 2004, com o aval do Estado Português.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros. As operações em moeda estrangeira são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com as políticas descritas no ponto 3.8.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Normativo contabilístico adotado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho (retificado), e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de agosto.

2.2. Derrogações ao referencial contabilístico adotado

Não aplicável.

2.3. Conteúdos das contas não comparáveis

Não aplicável.

2.4. Adoção pela primeira vez das NCRF : Divulgações transitórias

Não aplicável.

3. Principais políticas contábilísticas

As principais políticas contábilísticas adotadas nas demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registros contábilísticos da STCP, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos.

3.2. Investimentos financeiros

Os investimentos em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registradas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da participação nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados incluem a parte que lhe corresponde no resultado dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida, na data de aquisição, é reconhecido como *goodwill* e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

Anualmente, é feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existirem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registradas como gastos, na demonstração dos resultados, as perdas de imparidade que se demonstre existirem.

Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando o montante da participação da empresa nos prejuízos acumulados da participante excede o valor pelo qual o investimento se encontra registrado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a empresa tenha assumido com-

promissos de cobertura de prejuízos da associada, registrando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da participante nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento na participada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

3.3. Concentração de atividades empresariais

As aquisições de subsidiárias e de negócios são registradas utilizando o método da compra. O correspondente custo é determinado como o agregado, na data da aquisição, de:

- justo valor dos ativos entregues ou a entregar;
- justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas;
- justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa em troca da obtenção de controlo sobre a subsidiária; e
- custos diretamente atribuíveis à aquisição.

Quando aplicáveis, o custo da concentração ou da aquisição inclui o efeito de pagamentos contingentes acordados no âmbito da transação. As alterações subsequentes em tais pagamentos são registradas por contrapartida do correspondente *goodwill*.

Na eventualidade da contabilização inicial de uma aquisição não estar concluída no final do período de relato em que a mesma ocorreu, a empresa relata montantes provisórios para os itens cuja contabilização não está concluída. Tais montantes provisórios são passíveis de ajustamento durante um prazo de 12 meses a contar da data da aquisição.

3.4. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupos para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano, a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando o Grupo está comprometido com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a empresa retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação detidos para venda não devem ser objeto de depreciação ou amortização.

3.5. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;

- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação, à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação, à data de relato, pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da empresa receber o correspondente montante.

3.6. Contratos de construção

Não aplicável.

3.7. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como:

- locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação, ou como;
- locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.8. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas inicialmente às taxas de câmbio das datas das transações.

Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

O volume de transações da empresa em moeda diferente da moeda funcional (euro) são praticamente inexistentes e imateriais.

3.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como tal (ativos fixos tangíveis em curso) são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e quando estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido.

Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos, antecipadamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.10. Subsídios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do governo relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica Outras variações no capital próprio – subsídios, sendo posteriormente imputados de forma sistemática para resultados como rendimentos, durante o período de vida útil dos respetivos ativos.

Outros subsídios do governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do governo, que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados, são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

A STCP está submetida a um regime de preços administrativos, o que implica a atribuição pelo governo de indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, para financiar parcialmente as suas operações no cumprimento das suas obrigações de serviço público. A STCP segue o critério de registar como subsídios à exploração as indemnizações compensatórias no exercício em que as mesmas são atribuídas.

3.11. Benefícios pós-reforma

No que diz respeito aos planos de benefício definido, o correspondente custo é determinado através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato.

A responsabilidade com o pagamento de complementos de reforma, reconhecida à data de balanço, representa o valor presente das obrigações por planos de benefícios definidos, ajustada de ganhos ou perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e reduzida do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões, constituído para o efeito.

Os custos com responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados, na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

3.12. Pagamentos com base em ações

Não aplicável.

3.13. Imposto sobre rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. No entanto, dado que a empresa não tem previsibilidade de lucros futuros não prevê a recuperação dos prejuízos acumulados até à data. Desta forma, não procede ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

3.14. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra (quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida) e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação que a STCP espera incorrer.

Os terrenos e edifícios são subsequentemente registados segundo o modelo de revalorização. Segundo este modelo, o ativo fixo tangível é apresentado pelo seu justo valor à data da revalorização deduzido das respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O justo valor dos edifícios e terrenos foi determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes (CPU Consultores de Avaliação, Lda.) à data de 31 de dezembro de 2009 (a avaliação anterior reportava-se a 1 de janeiro de 2004) e será periodicamente revisto ou sempre que existam indícios de que o seu justo valor difere significativamente do valor por que se encontram escriturados os ativos.

As diferenças resultantes das revalorizações são registadas no capital próprio na rubrica Excedentes de revalorização de ativos fixos, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica

Excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização, incluído no capital próprio associado ao ativo, não é reclassificado para resultados.

Anualmente procede-se à transferência do excedente de valorização de ativos fixos para resultados acumulados na medida do seu uso, abate ou alienação. Desta forma, o montante do excedente a transferir será a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada revalorizada do ativo e a depreciação baseada no custo original do ativo.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método de linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubricas do ativo fixo tangível	(anos de vida útil)			
	Até 1988	1989 e 90	1991 a 01	2002 a 11
Edifícios e outras Construções	8 a 100	10 a 100	10 a 50	10 a 50
Equipamento básico	5 a 56	5 a 12	5 a 12	3 a 20
Equipamento de transporte	7 a 25	5 a 12	5 a 12	4 a 12
Equipamento administrativo	6 a 10	3 a 10	3 a 10	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	10	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação, sendo registadas na demonstração dos resultados como: Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros ou Gastos e perdas em investimentos não financeiros.

3.15. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente registadas ao custo de aquisição, incluindo todas as despesas imputáveis à compra e, subsequentemente, é utilizado o modelo de justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes (CPU Consultores de Avaliação, Lda.). As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de Ganhos/perdas por aumentos/reduções de justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

3.16. Intangíveis

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e se a empresa os puder controlar e medir razoavelmente o seu valor. Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

É reconhecido um ativo intangível gerado internamente, resultante de dispêndios de desenvolvimento de um projeto, apenas se forem cumpridas e demonstradas todas as seguintes condições:

- Existe viabilidade técnica para concluir o intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou para venda;
- Existe intenção de concluir o intangível e de o usar ou vender;
- Existe capacidade para usar ou vender o intangível;
- O intangível é suscetível de gerar benefícios económicos futuros;
- Existe disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento do intangível e para o usar ou vender;
- É possível mensurar com fiabilidade os dispêndios associados ao intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido do ativo intangível, gerado internamente, consiste na soma dos dispêndios incorridos após a data em que são cumpridas as condições atrás descritas. Quando não são cumpridas tais condições, os dispêndios incorridos na fase de desenvolvimento são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, despesas de desenvolvimento, cujos critérios para o reconhecimento de

ativo sejam cumpridos, despesas com propriedade industrial e outros direitos e trespasses comerciais.

Os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo antes sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual ou sempre que haja uma indicação de que possa estar em imparidade.

3.17. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis excluindo *goodwill*

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior entre:

- o justo valor deduzido de custos para vender, e
- o valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são atualizados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa, relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, na rubrica de Perdas por imparidade, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.18. Inventários

Os inventários são registados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

3.19. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado. É provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data.

As obrigações presentes, que resultam de contratos onerosos, são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos, que não é possível evitar, que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a STCP desenvolve um plano formal detalhado de reestruturação, inicia a implementação do mesmo e anuncia as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as atividades correntes da empresa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de haver uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.20. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- ao custo ou custo amortizado; ou
- ao justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

São mensurados ao custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características simultaneamente:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros).

São ainda classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro, na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são classificados na categoria ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas Perdas por reduções de justo valor e Ganhos por aumentos de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros:

- Os ativos financeiros classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência

objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à respectiva taxa de juro efetiva original.

- Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.
- As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica Perdas por imparidade, no período em que são determinadas.
- Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados, na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

- A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.
- A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos:

- Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros

ros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente, de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.

- A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.
- No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

3.21. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

A STCP utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objetivo de especulação.

Os instrumentos derivados utilizados pela empresa dizem respeito a swaps de taxa de juro para cobertura do risco de variação de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são substancialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. No entanto, não se encontram cumpridos os requisitos necessários para qualificação da contabilização de cobertura.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro, na rubrica Outros

instrumentos financeiros – Derivados. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro, na rubrica Outros instrumentos financeiros – Derivados.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação nesse limite de prazo.

Os critérios para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura são os seguintes:

- Adequada documentação da operação de cobertura;
- O risco a cobrir é um dos riscos descritos na NCRF 27 – Instrumentos financeiros;
- É esperado que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto, atribuíveis ao risco a cobrir, sejam praticamente compensadas pelas alterações no justo valor do instrumento de cobertura.

No início da operação da cobertura, a empresa documenta:

- a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto;
- os seus objetivos e estratégia de gestão do risco; e
- a sua avaliação da eficácia do instrumento de cobertura a compensar variações nos justos valores e fluxos de caixa do item coberto.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como instrumento de cobertura no âmbito de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias, no âmbito de um compromisso ou de uma transação futura de elevada probabilidade, e risco de investimento líquido numa operação estrangeira, são registadas no capital próprio, na rubrica Outras reservas. Tais ganhos ou perdas registados em Outras reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afetar resultados, sendo apresentados na linha afetada pelo item coberto.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando a empresa revoga a relação de cobertura, quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, ou é exercido, ou quando o instrumento de cobertura deixa de se qualificar para a contabilidade de cobertura. Qualquer montante registado em Outras reser-

vas apenas é reclassificado para resultados quando a posição coberta afetar resultados. Quando a posição coberta consistir numa transação futura e não for expectável que a mesma ocorra, qualquer montante registado em Outras reservas é de imediato reclassificado para resultados.

3.22. Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

3.23. Agricultura

Não aplicável.

3.24. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuados na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade de ativos tangíveis e intangíveis;
- Registo de imparidade aos valores do ativo, nomeadamente inventários e contas a receber;

- Provisões;
- Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- Apuramento do justo valor das propriedades de investimentos e dos terrenos e edifícios incluídos nos ativos fixos tangíveis.

3.25. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são refletidos nas de-

financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011	2010
Numerário	83.252,08	54.204,36
Depósitos bancários	1.047.882,16	1.055.320,52
Caixa e equivalentes de caixa no Balanço	1.131.134,24	1.109.524,88
Descobertos bancários	-33.071.162,99	-19.562.407,43
Caixa e equivalentes na Demonstração de Fluxos de Caixa	-31.940.028,75	-18.452.882,55

5. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros

Durante o exercício não ocorreram alterações de políticas contábilísticas ou correção de erros materiais de períodos anteriores.

Em 2010, procedeu-se a uma revisão da estimativa da vida útil dos autocarros de serviço público, passando a sua vida útil de 10 para 13 anos.

6. Partes relacionadas

Participações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

Designação Social	Sede	% Part.	Atividade
Subsidiárias			
STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda.	Porto	100%	Atividades de operador turístico e transporte terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros.
Associadas			
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Porto	33,3%	Gestão de bilhética de transportes.
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Oeiras	20%	Exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações.
Outras participadas			
Metro do Porto, S.A.	Porto	16,6%	Transporte urbano e local por metropolitano.
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA	Porto	8,33%	Desenvolvimento de projectos de I&D na área dos transportes coletivos, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes.

O AUTOLOC – Aluguer de Autocarros, ACE, no qual a participação da STCP era de 90%, foi extinto em 29 de dezembro de 2011.

As remunerações do pessoal-chave de gestão da empresa, nos exercícios findos em 2011 e 2010, encontram-se descritos no ponto 4.6 (Remunerações dos membros dos órgãos sociais) deste relatório e contas.

No decurso dos exercícios findos em 2011 e 2010, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Descrição das transações	2011				
	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Compras de ativos fixos				36.151,00	36.151,00
Serviços obtidos	39.443,70	1.265.146,91		84.641,17	1.389.231,78
Serviços prestados	181.427,83	41.321.163,80		296.273,81	41.798.865,44

Descrição das transações	2010				
	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Compras de ativos fixos				56.264,00	56.264,00
Serviços obtidos	418,43	1.916.407,18		83.724,92	2.000.550,53
Serviços prestados	218.804,06	40.113.332,50		310.023,44	40.642.160,00

Saldos com partes relacionadas em 2011 e em 2010:

Saldos	2011				
	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Contas a receber correntes	147.007,61	4.786.599,79		104.563,46	5.038.170,86
Contas a receber íquidas	147.007,61	4.786.599,79		104.563,46	5.038.170,86
Contas a pagar correntes	22.509,00	1.250.009,21		30.185,89	1.302.704,10
Total contas a pagar	22.509,00	1.250.009,21		30.185,89	1.302.704,10

Saldos	2010				
	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Contas a receber correntes	318.221,62	1.492.794,15		70.251,15	1.881.266,92
Contas a receber íquidas	318.221,62	1.492.794,15		70.251,15	1.881.266,92
Contas a pagar correntes	321.625,68	63.073,00		44.461,35	429.160,03
Total contas a pagar	321.625,68	63.073,00		44.461,35	429.160,03

Empréstimos obtidos e concedidos a partes relacionadas em 31 de dezembro de 2010:

Saldos	2010				
	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Total dos empréstimos obtidos					
Empréstimos concedidos sem garantias	59.461,61				59.461,61
Total dos empréstimos concedidos	59.461,61				59.461,61

7. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Ativos Intangíveis	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Ativos Intangíveis em curso	Total
Valor líquido a 01.01.2011	1.909,67	79.365,23		584.862,30	666.137,20
Ativo bruto					
Saldo a 01.01.2011	88.749,10	4.354.063,13	96.639,49	584.862,30	5.124.314,02
Movimentos de 2011					
Adições		68.584,08		50.763,00	119.347,08
Abates/vendas					
Regularizações e transferências		583.377,30		-584.862,30	-1.485,00
Saldo a 31.12.2011	88.749,10	5.006.024,51	96.639,49	50.763,00	5.242.176,10
Amortizações acumuladas					
Saldo a 01.01.2011	-86.839,43	-4.274.697,90	-96.639,49		-4.458.176,82
Movimentos de 2011					
Gastos de amortização	-1.909,67	-285.346,38			-287.256,05
Saldo a 31.12.2011	-88.749,10	-4.560.044,28	-96.639,49		-4.745.432,87
Valor líquido a 31.12.2011		445.980,23	0,00	50.763,00	496.743,23

Ativos Intangíveis	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Ativos Intangíveis em curso	Total
Valor líquido a 01.01.2010	6.492,95	150.430,42	0,00	549.478,30	706.401,67
Ativo bruto					
Saldo a 01.01.2010	88.749,10	4.328.891,75	96.639,49	549.478,30	5.063.758,64
Movimentos de 2010					
Adições		17.555,38		43.000,00	60.555,38
Abates/vendas					
Regularizações e transferências		7.616,00		-7.616,00	
Saldo a 31.12.2010	88.749,10	4.354.063,13	96.639,49	584.862,30	5.124.314,02
Amortizações acumuladas					
Saldo a 01.01.2010	-82.256,15	-4.178.461,33	-96.639,49		-4.357.356,97
Movimentos de 2010					
Gastos de amortização	-4.583,28	-96.236,57			-100.819,85
Saldo a 31.12.2010	-86.839,43	-4.274.697,90	-96.639,49		-4.458.176,82
Valor líquido a 31.12.2010	1.909,67	79.365,23	0,00	584.862,30	666.137,20

A empresa não procede à capitalização das despesas de investigação e as despesas de desenvolvimento são capitalizadas apenas quando cumprem os critérios de reconhecimento definidos nas NCRF.

Após análise dos ativos intangíveis foi determinado que não existem bens com vida útil indefinida. As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Rubricas do ativo fixo intangível	anos de vida útil
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	2 a 5
Propriedade Industrial	3

Movimento ocorrido nos exercícios de 2011 e de 2010 nos ativos intangíveis:

	Saldo 01.01.2011	Aquisições	TPPE(*)	Regulariza. e Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2011
Programas de computador	584.862,30	50.763,00		-584.862,30		50.763,00
	584.862,30	50.763,00		-584.862,30		50.763,00

	Saldo 01.01.2010	Aquisições	TPPE(*)	Regulariza. e Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2010
Programas de computador	549.478,30	43.000,00		-7.616,00		584.862,30
	549.478,30	43.000,00		-7.616,00		584.862,30

(*) TPPE - Trabalhos para a própria entidade

No ano de 2011, foram assumidos compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis no montante de 50 mil euros.

8. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos Tangíveis em curso	Adiantamento por conta de ativos tangíveis	Total de ativos fixos tangíveis
Valor líquido a 01.01.2011	36.959.451,90	19.963.522,08	35.716.869,27	291.751,25	353.320,77	1.105.020,38	1.839.949,77	24.726,00	96.254.611,42
Ativo bruto									
Saldo a 01.01.2011	39.081.005,75	28.968.601,69	88.835.927,58	2.010.495,33	4.377.726,76	1.332.854,01	1.839.949,77	24.726,00	166.471.286,89
Movimentos de 2011									
Adições			6.038.219,17	25.021,98	5.312,02		687.827,24		6.756.380,41
Abates/vendas			-7.309.292,06	-192.530,07	-103.018,34				-7.604.840,47
Regularizações e transferências	165.897,20		286.581,36		25.197,36		-452.478,56		25.197,36
Saldo a 31.12.2011	39.246.902,95	28.968.601,69	87.851.436,05	1.842.987,24	4.305.217,80	1.332.854,01	2.075.298,45	24.726,00	165.648.024,19
Depreciações acumuladas									
Saldo a 01.01.2011		-8.821.840,20	-53.119.058,31	-1.718.744,08	-4.024.405,99	-227.833,63			-67.911.882,21
Movimentos de 2011									
Gastos de amortização		-1.185.676,94	-4.961.291,12	-122.365,58	-144.434,47	-7.947,70			-6.421.715,81
Abates/vendas			1.384.136,02	192.530,07	103.018,34				1.679.684,43
Regularizações e transferências									
Saldo a 31.12.2011		-10.007.517,14	-56.696.213,41	-1.648.579,59	-4.065.822,12	-235.781,33			-72.653.913,59
Perdas por imparidade acumuladas									
Saldo a 01.01.2011	-2.121.553,85	-183.239,41							-2.304.793,26
Saldo a 31.12.2011	-2.121.553,85	-183.239,41							-2.304.793,26
Valor líquido a 31.12.2011	37.125.349,10	18.777.845,14	31.155.222,64	194.407,65	239.395,68	1.097.072,68	2.075.298,45	24.726,00	90.689.317,34

A coluna das adições de 2011, inclui 39.418,10 euros de trabalhos para a própria entidade.

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos Tangíveis em curso	Adiantamento por conta de ativos tangíveis	Total de ativos fixos tangíveis
Valor líquido a 01.01.2010	36.959.451,90	20.861.329,44	28.879.948,61	337.839,65	427.117,91	1.112.975,39	1.914.906,16	24.726,00	90.518.295,06
Ativo bruto									
Saldo a 01.01.2010	39.081.005,75	28.634.093,39	78.053.379,91	1.976.438,48	4.335.733,63	1.332.854,01	1.914.906,16	24.726,00	155.353.137,33
Movimentos de 2010									
Adições		18.598,34	11.715.794,60	93.768,36	83.199,84		283.576,82		12.194.937,96
Abates/vendas		-12.323,25	-933.246,93	-59.711,51	-41.206,71				-1.046.488,40
Regularizações e transferências		328.233,21					-358.533,21		-30.300,00
Saldo a 31.12.2010	39.081.005,75	28.968.601,69	88.835.927,58	2.010.495,33	4.377.726,76	1.332.854,01	1.839.949,77	24.726,00	166.471.286,89
Depreciações acumuladas									
Saldo a 01.01.2010		-7.589.524,54	-49.173.431,30	-1.638.598,83	-3.908.615,72	-219.878,62			-62.530.049,01
Movimentos de 2010									
Gastos de depreciação e amortização		-1.244.638,91	-4.878.251,97	-139.856,76	-156.378,97	-7.955,01			-6.427.081,62
Abates/vendas		12.323,25	932.624,96	59.711,51	40.588,70				1.045.248,42
Regularizações e transferências									
Saldo a 31.12.2010		-8.821.840,20	-53.119.058,31	-1.718.744,08	-4.024.405,99	-227.833,63			-67.911.882,21
Perdas por imparidade acumuladas									
Saldo a 01.01.2010	-2.121.553,85	-183.239,41							-2.304.793,26
Saldo a 31.12.2010	-2.121.553,85	-183.239,41							-2.304.793,26
Valor líquido a 31.12.2010	36.959.451,90	19.963.522,08	35.716.869,27	291.751,25	353.320,77	1.105.020,38	1.839.949,77	24.726,00	96.254.611,42

A coluna das adições de 2010, inclui 33.294,45 euros de trabalhos para a própria entidade.

Em 31 de dezembro de 2009, a empresa solicitou avaliação independente (CPU Consultores de Avaliação, Lda.) dos seus terrenos e edifícios (todos eles localizados no Grande Porto) classificados como ativos fixos tangíveis.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como sendo: localização, acessos, dimensões existentes, características e o atual estado de conservação da construção, comprovados na visita efetuada a cada local;
- Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes;
- Nos montantes utilizados, não foi considerada qualquer incidência de IRS ou IRC.

Importa ainda realçar que neste processo de avaliação não foram tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios ou atividades a exercer nas instalações, sendo o imóvel avaliado tal como se encontrava, e com os usos atuais.

Caso os “terrenos e recursos naturais” e “edifícios e outras construções” tivessem sido reconhecidos de acordo com o modelo do custo, a quantia escriturada seria, respetivamente, de:

Rubrica	2011	2010
Terrenos e Recursos Naturais	4.803.177,82	4.637.280,62
Edifícios e Outras Construções	7.279.304,81	7.716.960,35
	12.082.482,63	12.354.240,97

Não se procedeu à divulgação das restrições de titularidade de ativos, nem de ativos fixos dados como garantias de passivos, dado que não existem situações que se enquadrem neste âmbito. Desta forma a alínea a) do parágrafo 73 da NCRF 7 não é aplicável.

A valorização das infraestruturas afetas a cada imóvel - pavimentos, redes de abastecimento e distribuição de água, redes de drenagem de águas residuais e pluviais, rede de distribuição de eletricidade, etc. - foi considerada e incluída na valorização global de cada imóvel.

Para os imóveis que têm atualmente funções operacionais - os considerados como ativos fixos tangíveis - foi determinado o seu valor em uso continuado.

Para o imóvel - pisos de escritórios da Torre das Antas em uso operacional pela empresa - foram utilizados os critérios de comparação de mercado e de rendimento, numa perspetiva de continuidade do uso.

Em determinadas circunstâncias, designadamente quando, devido à natureza especializada do imóvel, este for raramente vendido exceto como parte integrante de um “negócio em continuidade”, pode-se atribuir o Justo Valor, usando uma abordagem pelo custo de reposição depreciado.

Assim, para os restantes imóveis dos ativos fixos tangíveis foram utilizados os critérios de custos de construção depreciado.

No ano de 2011, foram assumidos compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis no montante de 310 mil euros (divulgação ao abrigo da alínea c) do parágrafo 73 da NCRF 7).

Movimento ocorrido, nos exercícios de 2011 e de 2010, nos valores dos ativos tangíveis:

	Saldo 01.01.2011	Aquisições	TPPE(*)	Regularizações e Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2011
Edifícios e outras construções	387.733,20	645.144,68		-165.897,20		866.980,68
Equipamento básico	1.452.216,57	3.264,46	39.418,10	-286.581,36		1.208.317,77
	1.839.949,77	648.409,14	39.418,10	-452.478,56		2.075.298,45

	Saldo 01.01.2010	Aquisições	TPPE(*)	Regularizações e Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2010
Edifícios e outras construções	544.767,41	201.499,00		-358.533,21		387.733,20
Equipamento básico	1.370.138,75	48.783,37	33.294,45			1.452.216,57
	1.914.906,16	250.282,37	33.294,45	-358.533,21		1.839.949,77

(*) TPPE - Trabalhos para a própria entidade

No ano de 2011 e 2010, não ocorreram movimentos nos adiantamentos para ativos fixos tangíveis.

9. Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

A empresa não possui ativos nestas condições.

10. Locações

10.1. Locações financeiras - locatários

Nos exercícios de 2011 e 2010, a empresa pagou rendas de locação financeira no montante 5.633.017,63 euros (inclui 987.446,07 euros de juros) e 3.150.562,56 euros (inclui 503.731,70 euros de juros), respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a empresa mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas de contratos de locação financeira, no montante de 29.564.750,61 euros e 26.643.854,22 euros, respetivamente (com IVA incluído quando este não é dedutível), a vencer nos próximos exercícios segundo o mapa abaixo:

Anos	2011			2010		
	Valor descontado pag. mínimos	Juros	Total	Valor descontado pag. mínimos	Juros	Total
2011				3.030.933,17	485.954,73	3.516.887,90
2012	4.123.388,43	821.268,01	4.944.656,43	3.094.231,80	422.656,13	3.516.887,93
2013	4.231.372,70	676.604,44	4.907.977,14	3.122.323,36	358.151,61	3.480.474,97
2014	4.375.798,90	526.715,20	4.902.514,09	3.182.225,95	292.786,01	3.475.011,96
2015	4.835.797,11	376.472,10	5.212.269,21	3.106.288,22	226.090,19	3.332.378,41
2016	1.880.789,15	228.311,62	2.109.100,77	1.876.926,34	171.735,35	2.048.661,69
Após 2016	7.119.234,43	368.998,54	7.488.232,97	6.997.531,68	276.019,68	7.273.551,36
Total	26.566.380,71	2.998.369,90	29.564.750,61	24.410.460,52	2.233.393,70	26.643.854,22

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo em regime de locação financeira era a seguinte:

Descrição	2011			2010		
	Valor aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	2.460.351,85		2.460.351,85	2.460.351,85		2.460.351,85
Equipamento básico	34.480.850,78	9.289.922,90	25.190.927,88	28.555.850,78	6.678.033,53	21.877.817,25
Total	36.941.202,63	9.289.922,90	27.651.279,73	31.016.202,63	6.678.033,53	24.338.169,10

10.2 Locação operacional

Nos exercícios de 2011 e 2010, foram reconhecidos gastos de rendas de contratos de locação operacional no montante de 6.006.767,68 euros e 5.988.720,83 euros, respetivamente.

As rendas de contratos de locação operacional, a 31 de dezembro de 2011 e de 2010, apresentam os seguintes vencimentos:

Anos	2011	2010
2011		5.663.916,05
2012	5.777.025,19	5.663.916,05
2013	4.797.761,89	4.658.758,24
2014	3.127.122,44	3.089.165,59
2015	1.632.590,38	1.612.518,00
Total	15.334.499,90	20.688.273,93

11. Custo dos empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito a taxa de juro efetiva dos mesmos.

Juros e gastos similares suportados e reconhecidos, nos exercícios de 2011 e de 2010:

	2011	2010
Juros suportados	13.159.501,71	7.486.445,32
Juros Inst. Crédito e inst. Financeiras	5.196.830,66	920.400,04
Empréstimos bancários	2.927.351,01	343.533,16
Descobertos Bancários	1.432.369,23	166.420,66
Leasing	837.110,42	410.446,22
Juros de financiamentos por Valores mobiliários - Obrigações	5.873.774,35	5.379.332,44
Juros outros financiamentos	534.435,50	459.382,02
Juros de outros instrumentos financeiros	1.554.461,20	727.330,82
Outros gastos e perdas de financiamento - Rel. a financiamentos obtidos	1.278.359,50	831.943,52
Despesas e descontos c/emissão financiamentos	39.143,74	47.087,06
Taxa de aval	523.138,89	556.920,66
Comissões e outros encargos	367.355,86	79.429,13
Impo. Selo utilização capital	348.721,01	148.506,67
Juros e gastos similares suportados	14.437.861,21	8.318.388,84
Perdas por reduções de justo valor - Em instrumentos financeiros	34.031.487,57	20.064.753,04
Juros e gastos similares suportados na demonstração resultados	48.469.348,78	28.383.141,88

Juros e rendimentos similares obtidos, reconhecidos nos exercícios de 2011 e de 2010:

	2011	2010
Juros obtidos	-341.268,17	2,91
De depósitos	-121,65	2,91
Juros obtidos - De outros financiamento concedidos	-341.146,52	
Outros rendimentos e ganhos de financiamento	-1,78	1,11
Juros e rendimentos similares obtidos propriamente ditos	-341.269,95	4,02
Juros e rendimentos similares obtidos na demonstração resultados	-341.269,95	4,02

A empresa não procedeu à capitalização no custo de ativos de encargos financeiros por não ter ativos qualificáveis para tal.

12. Propriedades de investimento

A empresa procedeu, a 31 de dezembro de 2009, a uma reavaliação das propriedades de investimento, tendo sido o justo valor dos imóveis determinado através de uma avaliação efetuada por uma entidade especializada, independente e com qualificação profissional reconhecida (CPU Consultores de Avaliação, Lda.).

À data de 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foi efetuado novo pedido de avaliação dos imóveis, porque o Conselho de Administração entendeu não ser necessária a elaboração de uma nova avaliação. Os motivos deste entendimento pren-

dem-se com o facto de ter sido efetuada a referida avaliação do justo valor em final de 2009 e não se ter registado, desde então, alterações relevantes quer nas cotações de mercado quer nos planos urbanísticos onde os imóveis estão situados.

Durante os exercícios findos em 2011 e 2010 não houve movimentos em propriedades de investimento. Assim, o saldo da conta, à data de 31 de dezembro de 2011 e 2010, decompõe -se da seguinte forma:

Propriedades de Investimento	Terrenos e recursos naturais			Edifícios e outras construções			Total
	Arrendados	Para valorização	Total	Arrendados	Para valorização	Total	
Quantia bruta	314.040,00	2.955.700,00	3.269.740,00	1.046.000,33	653.728,89	1.699.729,22	4.969.469,22
Amortizações acumuladas				-261.445,45	-121.928,89	-383.374,34	-383.374,34
Perdas por imparidade acumuladas				-51.794,88		-51.794,88	-51.794,88
Valor líquido	314.040,00	2.955.700,00	3.269.740,00	732.760,00	531.800,00	1.264.560,00	4.534.300,00

O trabalho de avaliação, realizado pela CPU Consultores de avaliação, Lda, consistiu na determinação do valor dos imóveis, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências das NCRF e os termos de referência indicados pela STCP. A avaliação das propriedades de investimento foi feita numa ótica do uso alternativo. Foi determinado o seu valor de mercado, considerado livre e disponível (mesmo para os imóveis arrendados) e, nos imóveis devolutos, este valor corresponde ao seu valor em uso alternativo.

No princípio do melhor uso alternativo, o valor de mercado da propriedade é baseado numa análise de rentabilidade do projeto de desenvolvimento consentâneo com a melhor utilização possível ou, caso existam, de acordo com os projetos de desenvolvimento existentes. O melhor uso alternativo é definido como o uso provável e razoável que à data da avaliação gera o valor atual mais elevado.

Neste sentido, foram utilizados para a valorização dos imóveis os critérios de comparação de mercado e de rendimento, nuns casos pelo método de capitalização direta e, noutros, pelo método do valor residual.

O justo valor é definido na NCRF 11, parágrafo 38, como "o preço pelo qual a propriedade poderia ser trocada entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre as mesmas."

O justo valor é geralmente o valor de mercado determinado por peritos avaliadores qualificados.

Foram assim cumpridos os requisitos exigidos na NCRF 11 para a determinação do valor de mercado dos imóveis.

A empresa não assumiu nenhuma obrigação contratual relativamente à construção, desenvolvimento, reparação e manutenção de propriedades de investimento.

No decurso do exercício de 2011 e 2010, foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

Propriedades investimento	2011		
	Arrendados	Para valorização	Total
Rendimentos			
Rendimentos de Rendas	283.680,95		283.680,95
Gastos			
Gastos Directos	-11.326,52	-7.708,24	-19.034,76
Resultado	272.354,43	-7.708,24	264.646,19

Propriedades investimento	2010		
	Arrendados	Para valorização	Total
Rendimentos			
Rendimentos de Rendas	252.644,91		252.644,91
Gastos			
Gastos Directos	-8.313,89	-12.328,96	-20.642,85
Resultado	244.331,02	-12.328,96	232.002,06

13. Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis

Sendo a STCP uma empresa de capitais exclusivamente públicos, que presta um serviço social de transporte sem qualquer justificação comercial, deveria ser financeiramente compensada pela quota de serviço não comercial que lhe é imposto assegurar, o que se espera venha a ficar clarificado com a contratualização do serviço público, cujo processo está em curso.

Neste contexto, entende-se que a situação histórica de geração de prejuízos sucessivos não reflete um indicio de imparidade, mas sim um défice de cumprimento da obrigação por parte do Estado no financiamento das atividades sociais que impõe. Com as propostas de contratualização apresentadas pela STCP, em final de 2009 e início de 2010, às suas tutelas técnica – Secretaria de Estado dos Transportes – e financeira – Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças – para serem contratualizadas as Obrigações de Serviço Público e adotadas medidas para o reequilíbrio económico-financeiro da empresa, ficou definido o caminho que possibilitará à STCP reequilibrar a exploração e resolver o problema estrutural histórico de uma situação de capitais próprios negativos.

Para qualquer ativo em que existam indícios de imparidade, sejam eles de obsolescência técnica ou material, é feita uma análise de imparidade e reconhecidas as perdas decorrentes da mesma.

Adicionalmente, chama-se a atenção para que no exercício de 2009 se obtiveram avaliações de mercado, efetuadas por avaliadores independentes, para a classe de Edifícios e terrenos classificados como ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, tendo sido, nos casos identificados, registada a correspondente perda por imparidade.

O detalhe das perdas por imparidade acumuladas de ativos fixos tangíveis, à data de 31 de dezembro de 2011 e 2010, encontram-se na nota 8. No exercício de 2011 e 2010, não se registaram perdas/reversões por imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

14. Participações financeiras valorizadas pelo método de equivalência patrimonial

Participações financeiras em subsidiárias e associadas, valorizadas ao método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011					
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido	% Detenção
Subsidiárias						
STCP Serviços	563.993,90	437.934,12	126.059,78	495.126,57	-266.434,31	100,00%
Empresas associadas						
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	13.758.222,00	16.887.942,00	-3.129.720,00	5.609.622,00	-836.596,00	33,33%
Transpub icidade – Pub icidade em Transportes, S.A.	1.070.207,00	391.122,00	679.085,00	634.198,00	-47.308,00	20,00%

	2010					
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido	% Detenção
Subsidiárias						
STCP Serviços	160.482,64	567.988,55	-407.505,91	475.899,29	-329.974,04	100,00%
AUTOLOC	324.021,97	2.000,00	322.021,97		-6.150,00	90,00%
Empresas associadas						
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	10.873.171,00	12.639.429,00	-1.766.257,00	4.893.732,00	278.608,00	33,33%
Transpub icidade – Pub icidade em Transportes, S.A.	1.270.907,22	548.767,12	722.140,10	1.158.540,76	-63.478,47	20,00%

Foram usadas as demonstrações financeiras das associadas e subsidiárias, à data de 31 de dezembro de cada exercício, ainda que provisórias.

Em virtude de a proporção da empresa nos resultados negativos da STCP Serviços e TIP ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento, a aplicação do método de equivalência patrimonial foi interrompida em exercícios anteriores. Conse-

quentemente, no decurso dos exercícios de 2011 e 2010, a parte correspondente nas perdas e ganhos das duas participadas não foram reconhecidas pela empresa.

Movimentos nas demonstrações financeiras da STCP relativos às participações financeiras em subsidiárias e associadas nos exercícios de 2011 e de 2010:

Participações financeiras:	2011	2010
Saldo inicial	434.247,79	453.785,70
Regularizações – Método de equiv. patrimonial	-5.915,41	-19.537,91
Outras variações	-292.515,27	
Saldo final	135.817,11	434.247,79
Ativos líquidos	135.817,11	434.247,79

15. Participações financeiras valorizadas por outros métodos

As participações financeiras em outras empresas encontram-se registadas ao custo por não se encontrarem cotadas num mercado ativo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

Não ocorreram movimentos nestas participações, como se pode constatar pelo mapa abaixo, e o valor escriturado diz respeito apenas à participação na OPT, atendendo a que a participação na Metro do Porto é nula (por ter sido até 2007 valorizada ao método de equivalência patrimonial - a participação até essa data era de 25% - e apresentar capitais próprios negativos):

Participações financeiras:	2011		2010	
	Justo valor	Ao custo	Justo valor	Ao custo
Saldo inicial		25.000,00		25.000,00
Saldo final		25.000,00		25.000,00
Ativos líquidos				

16. Concentração de atividades empresariais

Não aplicável.

17. Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

18. Agricultura

Não aplicável.

19. Inventários

Rubrica de Inventários em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011			2010		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-Primas, sub. e de consumo	721.100,63	-128.986,77	592.113,86	820.466,02	-123.011,08	697.454,94
Produtos e trabalhos em curso	1.222,30		1.222,30	1.513,60		1.513,60
	722.322,93	-128.986,77	593.336,16	821.979,62	-123.011,08	698.968,54

Custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo, nos exercícios de 2011 e de 2010:

	2011	2010
Inventário Inicial	820.466,02	792.458,22
Compras	1.388.010,35	1.450.477,89
Regularizações	57.873,10	-1.399,05
Custo das matérias consumidas	-1.545.248,84	-1.421.071,04
Inventário final	721.100,63	820.466,02

Varição dos Produtos e trabalhos em curso, nos exercícios de 2011 e de 2010:

	2011	2010
Saldo Inicial	1.513,60 €	1.706,69
Regularizações	0,00 €	0,00
Saldo final	1.222,30 €	1.513,60
Varição dos inventários da produção	-291,30	-193,09

Evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários, nos exercícios de 2011 e de 2010:

Ano de 2011	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	123.011,08	5.975,69		128.986,77
Ano de 2010	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	110.648,58	12.362,50		123.011,08

20. Contratos de construção

Não aplicável.

21. Réditos

Detalhe do rédito reconhecido, a 31 de dezembro de 2011 e 2010, todo realizado em território nacional:

	2011	2010
Prestação de Serviços	50.782.613,25	49.346.138,90
Transporte público de passageiros (*)	50.681.267,18	49.247.246,57
Aluguer de autocarros	60.530,00	62.425,00
Aluguer de carros eléctricos	40.816,07	36.467,33
Rendimentos suplementares	2.033.551,62	1.751.311,99
Aluguer de equipamento	9.956,38	9.608,00
Royalties	1.040,66	995,18
Desempenho de cargos sociais noutras empresas	93.360,24	78.881,25
Outros rendimentos suplementares	1.929.194,34	1.661.827,56
Serviços de manutenção	489.726,92	528.599,44
Publicidade	411.416,71	296.390,52
Cedências de trabalhadores	35.688,88	32.706,60
Renda e cedência espaço	239.551,70	98.561,77
Prestação serviços Assessoria e outros	167.267,48	164.635,91
Venda sucata e outros bens	96.055,75	52.698,36
Vendas e serviços do Museu	92.609,59	92.263,60
Outros	396.877,31	395.971,36
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	283.680,95	252.644,91
Juros obtidos	341.268,17	2,91
	53.441.113,99	51.350.098,71

(*) As subvenções públicas estão definidas no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece dois tipos de subvenções: indemnizações compensatórias e outros tipos de subvenção.

As indenizações compensatórias caracterizam-se por pagamentos efetuados com verbas do Orçamento do Estado a entidades públicas e privadas, que se destinam a compensar custos de exploração resultantes de prestação de serviços de interesse geral (art.º 3º do referido Decreto-Lei). O conceito de interesse geral exige, entre outras, obrigações de praticar serviços que tenham uma natureza universal e garantam a acessibilidade em termos de preços à generalidade dos cidadãos (art.º 4º).

Por outro lado, o mencionado Decreto-Lei admite outros tipos de subvenção através de acordos ou contratos com o Estado, mas exclui as subvenções de carácter social concedidas a pessoas singulares. Obriga, contudo, o Estado à publicitação das importâncias concedidas ao abrigo de tais acordos ou contratos realizados com as Entidades.

A STCP celebrou três acordos com o Estado que não contemplam indenizações compensatórias, porquanto não cumprem a definição de indenização compensatória acima mencionada.

Esses acordos têm em vista a prestação de serviços por tarifas mais económicas a pessoas singulares com determinadas condicionantes de ordem social. O Estado reembolsa a STCP pelo desconto de preço praticado nestas tarifas cuja responsabilidade assumiu.

O acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante foi assinado em 29/06/2006, o acordo para o tarifário 4_18@escola.tp foi celebrado em 29/01/2010 e o acordo para o tarifário sub23@superior.tp foi celebrado em 01/09/2010.

Para além destes três acordos, e por via da Portaria 272/2011 de 23 de setembro, foi criado ainda o título de transporte intermodal "Passe Social+", destinado a pessoas singulares cujo agregado familiar aufera rendimentos comprovadamente reduzidos, sendo os operadores de transporte coletivo de passageiros compensados financeiramente pela diferença entre o preço de cada assinatura para criança e o valor da assinatura de tarifa inteira correspondente.

Assim, a empresa reconhece estas subvenções, ao abrigo desses contratos com influência tarifária, na rubrica Rédito das vendas e dos serviços prestados - transporte público de passageiros.

22. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Foram constituídas as seguintes provisões:

- Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que a empresa poderá vir a suportar por processos pendentes em Tribunal no final de cada exercício e correspondendo ao valor previsível global.
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: conforme os encargos que a STCP deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 31 de dezembro de 2011. Até fevereiro de 1998, a empresa foi autoseguradora relativamente a estes acidentes, existindo no entanto um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de março de 1998, a empresa transferiu para uma seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquias de 30 dias. A partir de 1 de março de 2010, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquias.
- Outros riscos e encargos: segundo os encargos que a STCP poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos, da sua responsabilidade, pendentes em 31 de dezembro de 2011, bem como por encargos decorrentes de outros riscos existentes nessa mesma data.

Movimento ocorrido nas provisões, nos anos de 2011 e de 2010:

	2011			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	1.897.786,41		11.289,39	1.886.497,02
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	528.091,61		43.400,18	484.691,43
Outras Provisões	2.173.885,00	112.414,10	673.885,00	1.612.414,10
	4.599.763,02	112.414,10	728.574,57	3.983.602,55
Aumentos e (reduções) de provisões			-616.160,47	

	2010			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	2.116.807,55		219.021,14	1.897.786,41
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	551.646,69		23.555,08	528.091,61
Outras Provisões	1.927.858,51	246.026,49	0,00	2.173.885,00
	4.596.312,75	246.026,49	242.576,22	4.599.763,02
Aumentos e (reduções) de provisões			3.450,27	

A empresa tem pendentes contra si dois processos judiciais cujos valores são materialmente relevantes, mas não provisionados:

- Processo judicial em que é autor o Município do Porto, proposto também contra o Estado Português, no qual é reivindicado parte do património imobiliário da empresa.
- Processo judicial, instaurado pela ANTROP, contra o Estado Português, sendo contra interessadas a STCP, SA e a CARRIS, no qual se pede a anulação da decisão do Conselho de Ministros n.º 52/2003, de 27 de março, que atribui àqueles operadores, nesse ano, determinados montantes de Indemnizações Compensatórias.

Trata-se, nestes dois casos, de processos cuja responsabilidade é do Estado Português, respetivamente na sua qualidade de acionista e de responsável pela compensação do serviço público prestado.

O facto de a STCP não ter efetuado o provisionamento de quaisquer valores no que respeita aos processos judiciais referidos decorre do seu entendimento sobre a efetiva e legítima titularidade dos imóveis e, em segunda linha, sobre a responsabilidade do Estado nas matérias em litígio:

- No processo intentado pelo Município do Porto contra a STCP e o Estado Português acerca da propriedade

dos terrenos e outros ativos imobiliários integrados no património da empresa aquando da sua transformação em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos em 1994, por transformação do então designado Serviço de Transportes Colectivos do Porto, tem a empresa a convicção que o desfecho deste processo judicial será a confirmação de que os ativos em causa lhe pertencem e que, na hipótese de diferente resultado, é ao Estado e não à empresa que incumbe a solução prevista também na PI: eventual pagamento de uma indemnização ao Município equivalente ao valor que for atribuído ao(s) imóvel (imóveis) que eventualmente a sentença final viesse a decidir pertencer(em) a este último. Esta ação encontra-se ainda numa fase de avaliação sobre se o Tribunal tem competência para julgar este processo, não sendo expectável desfecho definitivo nos próximos anos.

- No processo movido pela ANTROP contra o Estado Português e contra a STCP e Carris sobre a atribuição, em 2003, dos montantes das Indemnizações Compensatórias às duas empresas, o Estado já dispõe dos dados necessários para comprovar que a verba atribuída à STCP (única que nos compete saber) não foi sequer suficiente para cobrir os custos a mais suportados com o serviço de natureza social que lhe é imposto nas obrigações de serviço público cumpridas nesse ano. O

montante que pudesse eventualmente ser objeto de devolução ao Estado Português deveria ser atribuído à STCP como aumento de capital, na sua qualidade de acionista único.

sível estimar o montante dos eventuais reembolsos futuros nem o seu prazo de ocorrência. Desta forma não é possível calcular uma estimativa do seu efeito financeiro.

Do acima exposto, podemos concluir que estes passivos são contingentes porque a possibilidade de ocorrência de qualquer reembolso futuro é inferior a 50% e porque não é pos-

23. Subsídios

Movimentos mais relevantes em subsídios nos exercícios de 2011 e de 2010:

Subsídios	2011				
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rébito do período	Rébito Acumulado
Subsídios à exploração:	18.868.926,96	17.870.608,53	998.318,43	18.868.926,96	
Orçamento do estado	17.870.608,53	17.870.608,53		17.870.608,53	
Inst.Gest.Fin Seg.Soc.- PAII	998.318,43		998.318,43	998.318,43	
Subsídios relacionados com ativos	6.957.022,41			426.834,31	6.258.802,44
Ativos tangíveis	6.868.953,47			426.530,35	6.179.355,27
- Edifícios e outras construções	330.531,01			4.245,24	239.651,34
- Equipamento básico	6.349.101,32			417.396,65	5.844.848,58
- Equipamento de transporte					
- Equipamento administrativo	73.943,12			1.178,48	71.436,33
- Outros ativos fixos tangíveis	26.201,50			3.709,98	23.419,02
- Ativos tangíveis em curso	89.176,52				
Propriedades investimento	15.397,52				7.236,38
- Edifícios	15.397,52				7.236,38
Ativos intangíveis	72.671,42			303,96	72.210,79
Programas de computador	72.671,42			303,96	72.210,79
	25.825.949,37	17.870.608,53	998.318,43	19.295.761,27	6.258.802,44

Subsídios	2010				
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rébito do período	Rébito Acumulado
Subsídios à exploração:	19.930.282,93	18.975.463,21	954.819,72	19.930.282,93	
Orçamento do estado	18.975.463,21	18.975.463,21		18.975.463,21	
Inst.Gest.Fin Seg.Soc.- PAII	954.819,72		954.819,72	954.819,72	
Subsídios relacionados com ativos	7.038.055,92	3.754,72		769.270,18	5.913.309,08
Ativos tangíveis	6.949.986,98	2.842,86		769.122,91	5.833.858,43
- Edifícios e outras construções	330.531,01			6.960,59	235.406,10
- Equipamento básico	6.342.532,44			757.641,39	5.508.438,65
- Equipamento de transporte					
- Equipamento administrativo	73.989,91	2.842,86		810,90	70.304,64
- Outros ativos fixos tangíveis	26.201,50			3.710,03	19.709,04
- Ativos tangíveis em curso	176.732,12				
Propriedades investimento	15.397,52				7.543,82
- Edifícios	15.397,52				7.543,82
Ativos intangíveis	72.671,42	911,86		147,27	71.906,83
Programas de computador	72.671,42	911,86		147,27	71.906,83
	26.968.338,85	18.979.217,93	954.819,72	20.699.553,11	5.913.309,08

A STCP está submetida a um regime de preços administrativos, o que implica a atribuição pelo Governo de indemnizações compensatórias não reembolsáveis para financiar parcialmente as suas operações no cumprimento das obrigações de servi-

ço público. A STCP segue o critério de registar como subsídios à exploração as indemnizações compensatórias no exercício em que as mesmas são atribuídas.

24. Alterações em taxas de câmbio

No exercício de 2011 e 2010 não ocorreram operações em moeda estrangeira.

25. Acontecimentos após a data do balanço

Nada a relatar.

26. Imposto sobre o rendimento

A empresa está sujeita ao regime geral de IRC. Dada a sua situação deficitária, suporta apenas os encargos decorrentes da tributação autónoma e efetua o pagamento especial por conta a que se encontra obrigada.

Face ao exposto, não se procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

A 31 de dezembro de 2011, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 113.385.710,64 euros, conforme detalhe abaixo:

Anos	Prejuízos fiscais
2005	19.629.563,03
2006	20.309.815,49
2007	24.714.364,80
2008	22.643.194,03
2009	19.864.827,20
2010	6.223.946,09
	113.385.710,64

27. Matérias ambientais

No exercício de 2011 e 2010 não temos informação relevante a relatar.

28. Instrumentos financeiros

28.1. Identificação dos ativos e passivos financeiros

Categorias de ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

Ativos Financeiros 2011	Empréstimos concedidos e Contas a receber	Disponíveis para venda	Não abrangidos IFRS7	Total
Ativos não correntes		25.000,00		25.000,00
Participações financeiras pelo método do custo		25.000,00		25.000,00
Ativos correntes	7.100.723,46		2.329.837,70	9.430.561,16
Clientes	4.761.308,14			4.761.308,14
Outras contas a receber	1.208.281,08		2.329.837,70	3.538.118,78
Outros ativos financeiros				
Caixa e depósitos bancários	1.131.134,24			1.131.134,24
	7.100.723,46	25.000,00	2.329.837,70	9.455.561,16

Passivos Financeiros 2011	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7	Total
Passivos não correntes	219.902.816,62	70.247.227,60	22.442.992,28	312.593.036,50
Financiamentos obtidos	219.902.816,62		22.442.992,28	242.345.808,90
Outros passivos financeiros		70.247.227,60		70.247.227,60
Passivos correntes	112.691.502,50	139.702,95	7.952.596,71	120.783.802,16
Fornecedores	4.569.034,23			4.569.034,23
Financiamentos obtidos	106.469.953,87		4.154.165,60	110.624.119,47
Outras contas a pagar	1.652.514,40		3.798.431,11	5.450.945,51
Outros passivos financeiros		139.702,95		139.702,95
	332.594.319,12	70.386.930,55	30.395.588,99	433.376.838,66

Ativos Financeiros 2010	Empréstimos concedidos e Contas a receber	Disponíveis para venda	Não abrangidos IFRS7	Total
Ativos não correntes		735.000,00		735.000,00
Participações financeiras pelo método do custo		25.000,00		25.000,00
Outros ativos financeiros		710.000,00		710.000,00
Ativos correntes	4.891.278,89		3.141.940,41	8.033.219,30
C ientes	1.454.204,13			1.454.204,13
Outras contas a receber	2.268.088,27		3.141.940,41	5.410.028,68
Outros ativos financeiros	59.461,61			59.461,61
Caixa e depósitos bancários	1.109.524,88			1.109.524,88
	4.891.278,89	735.000,00	3.141.940,41	8.768.219,30

Passivos Financeiros 2010	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7	Total
Passivos não correntes	219.879.074,90	36.215.740,03	21.379.527,35	277.474.342,28
Financiamentos obtidos	219.879.074,90		21.379.527,35	241.258.602,25
Outros passivos financeiros		36.215.740,03		36.215.740,03
Passivos correntes	96.565.994,24	70.891,94	8.992.308,21	105.629.194,39
Fornecedores	4.634.972,13			4.634.972,13
Financiamentos obtidos	91.105.336,40		3.038.665,26	94.144.001,66
Outras contas a pagar	825.685,71		5.953.642,95	6.779.328,66
Outros passivos financeiros		70.891,94		70.891,94
	316.445.069,14	36.286.631,97	30.371.835,56	383.103.536,67

Em 2011 e 2010, a STCP apenas dispunha de ativos e passivos financeiros classificados como:

- Empréstimos concedidos e contas a receber;
- Disponíveis para venda;
- Passivos financeiros valorizados ao custo amortizado;
- Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

De acordo com o ponto 29 da IFRS7, alínea a), quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor, como para os instrumentos financeiros tais como contas comerciais a receber ou a pagar a curto prazo, não é necessária a divulgação do seu justo valor. Em 2011 e 2010, encontram-se nesta situação as rubricas de clientes, outras contas a receber, caixa e depósitos bancários e outras contas a pagar.

A rubrica Participações financeiras pelo método do custo, encontra-se mensurada ao custo, e refere-se a uma participação numa empresa não cotada num mercado ativo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade (exceção prevista no ponto 29 alínea b) da IFRS7). Assim, não procedemos à sua divulgação.

Restam os instrumentos financeiros derivados, incluídos na rubrica Outros passivos financeiros, já escriturados ao justo valor.

28.1.1. Financiamentos obtidos

Detalhe do financiamento em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

Conta 25- Financiamentos Obtidos	Ano de 2011					
	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
251 - Inst. Crédito e sociedades financeiras	131.823.112,49	109.380.120,21	22.442.992,28	131.137.543,70	108.694.551,42	22.442.992,28
Emprést. Bancários	71.927.052,91	71.927.052,91		71.500.000,00	71.500.000,00	
Emprést. Descobertos bancários	33.298.901,70	33.298.901,70		33.071.162,99	33.071.162,99	
Locação Financeira	26.597.157,88	4.154.165,60	22.442.992,28	26.566.380,71	4.123.388,43	22.442.992,28
252 - Mercado de Valores Mobiliários	221.146.815,88	1.243.999,26	219.902.816,62	220.000.000,00		220.000.000,00
Emprést. Obrigacionistas não convertíveis	221.146.815,88	1.243.999,26	219.902.816,62	220.000.000,00		220.000.000,00
Emp. Obrigacionista 07	100.195.126,68	235.198,28	99.959.928,40	100.000.000,00		100.000.000,00
Emp. Obrigacionista 09	120.951.689,20	1.008.800,98	119.942.888,22	120.000.000,00		120.000.000,00
	352.969.928,37	110.624.119,47	242.345.808,90	351.137.543,70	108.694.551,42	242.442.992,28

Conta 25- Financiamentos Obtidos	Ano de 2010					
	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
251 - Inst. Crédito e sociedades financeiras	59.400.947,57	38.021.420,22	21.379.527,35	59.272.867,95	37.893.340,60	21.379.527,35
Emprést. Bancários	15.339.868,42	15.339.868,42	0,00	15.300.000,00	15.300.000,00	0,00
Emprést. Descobertos bancários	19.642.886,54	19.642.886,54	0,00	19.562.407,43	19.562.407,43	0,00
Locação Financeira	24.418.192,61	3.038.665,26	21.379.527,35	24.410.460,52	3.030.933,17	21.379.527,35
252 - Mercado de Valores Mobiliários	220.987.002,81	1.107.927,91	219.879.074,90	220.000.000,00	0,00	220.000.000,00
Emprést. Obrigacionistas não convertíveis	220.987.002,81	1.107.927,91	219.879.074,90	220.000.000,00	0,00	220.000.000,00
Emp. Obrigacionista 07	100.057.857,74	97.426,70	99.960.431,04	100.000.000,00	0,00	100.000.000,00
Emp. Obrigacionista 09	120.929.145,07	1.010.501,21	119.918.643,86	120.000.000,00	0,00	120.000.000,00
258- Outros Financiadores	55.014.653,83	55.014.653,83	0,00	55.000.000,00	55.000.000,00	0,00
Schuldschein II	55.014.653,83	55.014.653,83	0,00	55.000.000,00	55.000.000,00	0,00
	335.402.604,21	94.144.001,96	241.258.602,25	334.272.867,95	92.893.340,60	241.379.527,35

As condições de financiamento para os empréstimos e descobertos bancários correntes, no ano em análise, foram negociadas dentro das contingências de mercado e seguindo a prática de uma gestão financeiramente racional.

Em 2010, a negociação fixou o spread mais alto em 3% e manteve-se a Euribor a 1 mês como a mais usada, com periodicidade mensal de pagamento de juros.

Em 2011, a negociação fixou o spread mais alto em 8% e a taxa Euribor a 3 meses foi o indexante mais usado e a periodicidade trimestral de pagamento de juros a mais comum.

O grupo de empréstimos não correntes, em vigor a 31 de dezembro de 2011, caracteriza-se como segue:

- Em junho de 2007, a empresa procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista no montante de 100 milhões de euros, por 15 anos, com taxa variável indexada à Euribor a 6 meses, com spread de 0,0069%, e call-option, total ou parcial, a partir do 5º ano. A subscrição foi privada e direta, tendo sido pedida admissão à negociação em mercado regulamentado no início do ano de 2011, pelo Banco detentor da emissão, atentas as dificuldades do mercado financeiro, a falta de liquidez e a sua repercussão nas facilidades de curto prazo concedidas.
- Em outubro de 2009 a empresa contraiu um empréstimo obrigacionista a 5 anos, no montante de 120 milhões de euros, com taxa fixa de 3,61%. O reembolso do empréstimo efetuar-se-á ao valor nominal, no final do prazo da emissão. Este empréstimo foi admitido à negociação em mercado regulamentado.

Estes dois financiamentos têm a garantia pessoal do Estado Português.

Pelo contrato de garantia, a República Portuguesa garante incondicional e irrevogavelmente o pagamento dos montantes correspondentes ao capital e juros exigíveis nos termos e condições dos contratos.

A generalidade dos contratos de financiamento em vigor tem, no seu clausulado, um conjunto de covenants habitual, e que prevê as situações de *default*, *cross default*, *negative pledge* e *pari passu*. O incumprimento do serviço da dívida, o cruzamento da informação no sistema financeiro e o eventual vencimento antecipado de obrigações futuras estão acordados e aceites pelas contrapartes. Há a assinalar também a existência de cláusulas de *ownership* do Estado Português.

Os covenants acordados não têm, na generalidade, correspondência em termos de indicadores, com exceção das cláusulas de *ownership* que obrigam à detenção integral do capital da empresa pelo Estado Português ou, noutros casos, à detenção da maioria do capital.

Condições de financiamento dos empréstimos vigentes, em 2011:

Empréstimo	Vencimento	Taxa juro	Periodicidade
Empréstimos obrigacionistas não convertíveis			
Obrigacionista 2007	05-Jun-22	Euribor6M+0,0069%	Semestral
Obrigacionista 2010	09-Out-14	3,61%	Semestral
Outros financiadores			
Schuldschein II	20-Set-11	Euribor3M+0,04%	Trimestral

Em 31 de dezembro, a empresa não regista situações de incumprimento em nenhum dos empréstimos contraídos. Liquidou em 20 de setembro, data do respetivo vencimento, o empréstimo de 55 milhões de euros, emitido em setembro de 2004 pelo prazo de 7 anos.

28.1.2. Outros ativos financeiros

28.1.2.1. Não corrente

A rubrica Outros ativos financeiros não correntes, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, inclui os empréstimos concedidos, sob a forma de prestações suplementares, à participada STCP Serviços.

Outros ativos financeiros	2011	2010
Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias	1.510.000,00	710.000,00
Quantia bruta	1.510.000,00	710.000,00
Perdas por Imparidade acumuladas	-1.510.000,00	
Quantia escriturada	0,00	710.000,00

Em 31 de dezembro de 2011, e atendendo à decisão tomada pelo sócio único relativamente ao futuro da operação da participada STCP SERVIÇOS, o Conselho de Administração entendeu prudencialmente que este ativo se encontrava em imparidade, tendo sido valorizada a respetiva perda no montante de 1,51 milhões euros.

28.1.2.2. Corrente

A rubrica Outros ativos financeiros correntes inclui, em 31 de dezembro de 2010, o empréstimo de mútuo concedido à participada STCP Serviços, liquidado no decurso de 2011 através do recurso a prestações suplementares do sócio único.

28.1.3. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a empresa tinha contratado os seguintes instrumentos derivados:

Financiamento coberto	Montante nominal	Maturidade	2011			2010		
			Justo valor	Corrente	Não corrente	Justo valor	Corrente	Não corrente
Obrigacionista 2007	25 000.000	05-Jun-22	-62.230.601,55	-93 016,60	-62.137.584,95	-33 955.530,95	-48.548,18	-33 906.982,77
Obrigacionista 2007	25 000.000	05-Jun-22	-8.156 329,00	-46.686,35	-8.109.642,65	-2.331.101,02	-22.343,76	-2.308.757,26
Outros passivos financeiros			-70.386.930,55	-139.702,95	-70.247.227,60	-36.286.631,97	-70.891,94	-36.215.740,03

Breve descrição das operações e evolução do seu justo valor (MTM)

Em 2007 a STCP decidiu proceder à cobertura do risco de taxa juro de 50% do valor nominal de um empréstimo obrigacionista emitido no mesmo ano. Para esse efeito, contratou com duas instituições financeiras duas operações de swap no montante de 25 milhões de euros cada, que vigorarão até à maturidade do empréstimo em 2022.

a) 14,5 YEARS RANGE ACCRUAL SWAP

Esta estrutura tem duas partes distintas. Na primeira fase, correspondente aos 3 primeiros anos, a STCP pagou taxa fixa e recebeu taxa variável. Na segunda fase, após 2010, a STCP passou a pagar um spread adicional sobre a taxa fixa aplicável na percentagem do número de dias do período de contagem de juros em que CMS10Y se situe abaixo de 2,75% ou, em alternativa, CMS10Y-2Y spread seja inferior a -0,25%.

- Na data de contratação o cenário era o seguinte:
CMS10Y: 4,71%
De acordo com as *forward*, não era expectativa que CMS10Y ou CMS10Y-2Y spread se situassem fora dos limites das barreiras.
- Cenário atual (à data de 31 de dezembro de 2011):
CMS10Y: 2,441%
MTM (31/12/2011): -8.156.329,00 euros

b) 14,5 YEARS CUMULATIVE CAP&FLOOR WITH DIGICOU-PON SWAP

Na fase inicial – 3 primeiros anos – esta estrutura assemelha-se a um vanilla swap no qual a STCP recebia taxa variável e pagava taxa fixa. Na fase subsequente, após 2010, à taxa fixa acresce um spread, dependente das variações da Euribor a 3 meses. Para que o spread adicional seja nulo a Euribor a 3 meses nunca pode estar abaixo de 2% ou acima de 6%. Nos períodos em que a Euribor esteja fora do intervalo, o spread adicional corresponde à diferença entre os limites das barreiras e a Euribor a 3 meses majorado por um multiplicador. O spread resultante é incorporado no cupão seguinte, por via dos efeitos cumulativos. Quando a Euribor voltar a situar-se dentro do intervalo, a estrutura de cobertura tem um digicoupon determinado, que mais não é do que um “efeito acelerador” de anulação dos efeitos cumulativos dos cupões anteriores.

- Na data de contratação o cenário era o seguinte:
Euribor 3 meses: 4,591%

De acordo com as *forward*, não era expectável que a Euribor 3M, saísse fora das barreiras.

- Cenário atual (à data de 31 de dezembro de 2011):
Euribor 3 meses: 1,356%
MTM (31/12/2011): -62.230.610,55 euros

Os instrumentos de derivados estão valorizados ao justo valor, sendo o seu cálculo efetuado pelas respetivas contrapartes, as instituições financeiras com quem a STCP contratou. A sua determinação é efetuada com base em modelos de avaliação de Opções (Option Pricing Models) e de Desconto de Fluxos de Caixa Futuros (Discount Cash-Flow Model) adequados a instrumentos derivados não cotados em bolsa de valores (instrumentos derivados OTC).

A valorização do swap de taxa de juro é indicativa e representativa das condições de mercado existentes à data de referência. O swap pode incorrer em ajustes significativos no justo valor em resultado de variações relativamente pequenas das variáveis críticas (risco de mercado), em resultado de condições anormais da liquidez do mercado (risco de liquidez) ou ainda pela sensibilidade, direta ou indireta, a outro tipo de fatores (riscos de natureza diversa, vg risco de crédito ou risco sistémico).

São consideradas credíveis e consensuais as fontes usadas no sentido de assegurar a fiabilidade dos parâmetros de mercado que estão na base da valorização.

A 31 de dezembro de 2011 o MTM das duas operações era significativamente negativo em 70 milhões de euros. Uma variação negativa de 34 milhões de euros face à mesma data de 2010, traduzindo a instabilidade no mercado monetário (taxas Euribor a 3M-6M), no mercado swap (CMS2Y e 10Y) e, acima de tudo, a expectativa de que a baixa das taxas de juro se vai prolongar durante tempo incerto.

As variações no justo valor, ocorridas nos exercícios de 2011 e 2010, foram reconhecidas diretamente em resultados, nas rubricas Perdas por redução de justo valor em instrumentos financeiros (nota 11), enquadradas na demonstração dos resultados por natureza na rubrica Juros e rendimentos similares obtidos.

Embora estes instrumentos derivados tenham sido contratados no âmbito de uma política de cobertura do risco da variação da taxa de juro, não se encontram reunidas todas as condições necessárias para o enquadramento contabilístico das operações como contabilidade de cobertura.

Detalhe das variações de justo valor, em 2011 e em 2010:

Financiamento coberto	Montante nocional	Maturidade	2011	2010
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-Jun-22	-28.230.602,18	-17.960.626,11
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-Jun-22	-5.800.885,39	-2.104.126,93
			-34.031.487,57	-20.064.753,04

28.2. Gestão de riscos

28.2.1. Riscos de mercado

28.2.1.1. Risco de taxa de juro

A dívida da empresa a instituições financeiras encontra-se, na sua maioria, diretamente exposta ao risco de variação de taxas de juro. A empresa detém apenas duas operações de financiamento a taxa fixa, no que se refere a financiamento não corrente.

A exposição a este risco determina variações nos cash flows das operações de endividamento. A empresa está essencialmente exposta às variações da taxa Euribor 1M-3M nas operações correntes e à taxa Euribor 6M para o financiamento não corrente. As operações de leasing estão, na sua maioria, indexadas à Euribor 3M. Está também exposta às variações das taxas de 2 e 10 anos, bem como à correlação entre estes dois indexantes.

Como já divulgado, a empresa contratou em 2007 duas operações de swap de taxa de juro para cobrir uma parcela de 50 milhões de euros da dívida não corrente. A empresa está exposta ao risco de variação dos fluxos financeiros destas duas operações pela natureza destas dado o perfil das operações de derivados e a manutenção do baixo valor dos indexantes.

Análise de sensibilidade

a) Operações de swap

A variação de mais 1% nas taxas forward estimadas para a determinação do MTM provocaria uma melhoria de 5,5 milhões de euros no MTM de uma das operações, ao mesmo tempo que uma variação de menos 1% implicaria um agravamento em 6,3 milhões.

Na outra operação uma variação de +1% nas taxas forward da Euribor 3M-6M provocaria uma melhoria de 18 milhões de euros no MTM. Para esta operação não foi efetuada análise de sensibilidade para variações de menos 1%, pois ao nível atual das taxas, uma variação deste nível não permitiria qualquer tipo de análise coerente.

A performance das operações é acompanhada ao longo do tempo, no sentido de ser encontrada uma melhor estrutura tendente a minorar o baixo MTM que apresentam. Em termos futuros coloca-se a hipótese de eventual contratação de novas estruturas com o objetivo de diminuir ou limitar os encargos financeiros, numa perspetiva de preço global do endividamento.

Estima-se, à data de 31 de dezembro de 2011, um montante de 3,5 milhões de euros para os fluxos financeiros destas duas coberturas para o ano de 2012.

As variações da taxa Euribor 3M, no sentido da subida e para além dos 2%, melhorariam o desempenho de um dos swap, na medida em que a parte recebedora recupera positivamente e a parte pagadora deixa de acumular spreads anteriores.

b) Operações não correntes

Efetuada uma análise de sensibilidade à exposição do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros e das operações de leasing financeiro, os encargos apresentariam, face à previsão para 2012, um incremento de mais 1 milhão de euros, para uma variação de mais 1% na taxa de juro.

A emissão de obrigações de 120 milhões de euros, pelo prazo de 5 anos, tem a taxa de juro de cupão fixada, não estando por isso exposta ao risco de flutuação.

c) Operações correntes

A dívida corrente está exposta a variações de taxa Euribor 1M-3M e a variações de spread, no contexto atual mais gravosas, voláteis e de valor mais elevado que o dos próprios indexantes. É composta por várias linhas de contas correntes e mútuos, algumas caucionadas por livranças, cujo montante em 31 de dezembro supera os 100 milhões de euros.

Efetuada uma análise de sensibilidade, uma subida de 1% no nível da taxa de juro traduzir-se-ia num aumento superior a 1 milhão de euros, face aos encargos previstos para o ano de 2012, tendo por base de cálculo a dívida existente utilizada em 31 de dezembro de 2011.

28.2.1.2. Risco de subida do preço do crédito

Pela parcela de dívida corrente que gere, a empresa está exposta ao comportamento dos preços de crédito do mercado, constituindo um eventual novo risco pelo seu comportamento no ano de 2011. Difícil de negociar e conter, o risco de subidas abruptas e constantes do preço do crédito induziu um efeito muito negativo nos Resultados Financeiros. Alterações do preço do crédito com alguma margem de previsibilidade, por períodos mais ou menos longos e com subidas moderadas, foram substituídas, a partir do início de 2011, por atualizações constantes e com agravamentos significativos. A falta de liquidez, a diferente abordagem da banca ao Sector Empresarial do Estado e a desalavancagem neste setor determinaram preços muito elevados para a generalidade das linhas correntes contratadas.

28.2.1.3. Risco de taxa de câmbio

Pela sua natureza a empresa não está exposta a este risco.

28.2.1.4. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é de uma importância muito relevante numa empresa que não gera excedente de tesouraria suficiente para se auto sustentar.

O cumprimento atempado e cabal dos compromissos assumidos com todos os parceiros de atividade - trabalhadores, fornecedores e bancos - colocam especial enfoque neste risco e nas condicionantes de mercado para o suprir.

A atuação da empresa, com a finalidade de mitigar este risco, sempre procurou:

- 1) Proceder ao planeamento financeiro prevendo, num horizonte temporal alargado, a tesouraria da empresa;
- 2) Negociar um leque de apoios de curto prazo utilizando as melhores condições que o mercado ofereça, procurando manter uma parcela de conforto e segurança para a eventualidade de estrangulamento de tesouraria;
- 3) Diversificar fontes de financiamento e também maturidades, procedendo periodicamente à consolidação parcial de passivo;
- 4) Cumprir os princípios orientadores definidos pelas Tutelas para o setor, antecipando contingências e prestando informação sobre as previsões e execuções em curso;
- 5) Escolher contrapartes credíveis, preferencialmente as instituições bancárias de apoio, que disponibilizam linhas de curto prazo, respeitando a racionalidade económica.

A empresa passou a reportar às entidades que a tutelam, as dificuldades sentidas no domínio da liquidez, dadas as restrições ao crédito para o setor.

Responsabilidades com os *cash flows* futuros relativos aos empréstimos não correntes:

Anos	Juros	Reembolso	Cash-flow
2012	6.065.498,34		6.065.498,34
2013	6.065.498,34		6.065.498,34
2014	6.065.498,34	120.000.000,00	126.065.498,34
2015	1.732.298,34		1.732.298,34
2016	1.732.298,34		1.732.298,34
2017	1.732.298,34		1.732.298,34
2018	1.732.298,34		1.732.298,34
2019	1.732.298,34		1.732.298,34
2020	1.732.298,34		1.732.298,34
2021	1.732.298,34		1.732.298,34
2022	866.149,17	100.000.000,00	100.866.149,17

Reportado a 31 de dezembro de 2011, a empresa utilizava plafonds superiores a 100 milhões de euros disponíveis em linhas correntes.

28.2.1.5. Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte.

O risco de crédito, na STCP, resulta maioritariamente do crédito a clientes institucionais e outros devedores, derivado essencialmente de operações da atividade corrente. A empresa tem como objetivo a liquidação do crédito em conformidade com as condições acordadas.

Para mitigar este risco, a empresa analisa e acompanha a carteira de crédito, quanto aos montantes concedidos, mora e risco de incobrabilidade associado, implementando procedimentos tendentes a diminuir as situações de incumprimento.

Entende-se que, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as perdas por imparidade registadas, resultantes de dívidas a receber, refletem a realidade do risco de incobrabilidade assumido.

Detalhe da rubrica de Clientes e Outros devedores, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

	2011	2010
Sem registo de imparidade		
Clientes c/c	4.761.308,14	1.454.204,13
Não vencido	4.663.053,34	1.423.166,94
Vencido	98.254,80	31.037,19
<30	29.735,05	12.053,50
<60	21.439,88	2.952,40
<90	16.194,30	4.102,50
<120	8.792,40	1.280,75
<180	8.013,37	1.999,35
>=180	14.079,80	8.648,69

	2011	2010
Sem registo de imparidade		
Outros devedores	865.546,81	1.959.982,30
Não vencido	337.512,24	445.682,18
Vencido	528.034,57	1.514.300,12
<30	76.035,78	213.983,64
<60	62.543,78	333,32
<90	105.668,04	62.631,58
<120	62.687,99	126.661,48
<180	62.714,69	69.757,61
>=180	158.384,29	1.040.932,49
Com registo de imparidade vencido		
>=180	909.642,54	909.642,54

Na rubrica de outros devedores correntes são de referir os seguintes valores:

- No ano de 2010 considerou-se o valor de 813 milhares de euros relativos a despesas suportadas por conta da Comissão Instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, montante recebido em 31 de dezembro de 2011.
- Nos anos de 2010 e 2011 considerou-se o valor de 910 milhares de euros relativos à indemnização, debitada ao Município do Porto, pelos custos diretos sofridos pela STCP com a remoção da via férrea de tração elétrica nos troços compreendidos entre a Praça Cidade S. Salvador e a Praça Gonçalves Zarco.

As dívidas em mora há mais de 90 dias são essencialmente de entidades de capitais exclusivamente públicos. As análises do risco de incobabilidade foram efetuadas, tendo sido definido que apenas a dívida do Município do Porto se encontrava em imparidade. Desta forma foi reconhecida a respetiva imparidade no montante de 909.642,54 euros. Esta imparidade transita de exercícios anteriores.

28.2.2. Covenants

Na contratação das operações financeiras, a empresa diligencia no sentido de limitar as restrições contratuais no que diz respeito nomeadamente à disponibilização do seu património e à titularidade do seu capital. A empresa segue a política de negociar e aceitar apenas as cláusulas contratuais que correspondam ao standard de mercado, embora limitada à sua capacidade de negociação.

28.3. Gastos, rendimentos, perdas e ganhos

Os gastos e perdas, bem como os ganhos e rendimentos, relativos aos empréstimos obtidos e aos instrumentos financeiros derivados encontram-se detalhados na nota 11.

28.4. Instrumentos de capital próprio

28.4.1. Capital social

Em 2011 e 2010, a quantia escriturada do capital social emitido pela empresa corresponde apenas à rubrica Capital social, no montante de 79.649 milhares de euros, e encontra-se totalmente realizada. O capital social é representado por 15.929.800 ações em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada.

Nos dois exercícios não ocorreram quaisquer movimentos no capital social da empresa, de que o Estado Português é detentor de 100%.

28.4.2. Reservas

Rubrica de Reservas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

Reservas	2011	2010
Reservas legais	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	25.727,80	25.727,80
Outras reservas - Reservas livres	25.256,95	25.256,95
Outras reservas - Fundo de auxílio ao pessoal	470,85	470,85

28.4.3. Excedente de revalorização

Movimento do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis, em 2011 e em 2010:

	Ativos fixos tangíveis
Saldo a 01.01.2011	45.960.129,43
Amortizações	-1.102.720,45
Saldo a 31-12-2011	44.857.408,98
Saldo a 01.01.2010	46.373.157,83
Amortizações	-413.028,40
Saldo a 31-12-2010	45.960.129,43

28.4.4. Ajustamentos em ativos financeiros

Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011	2010
Ajustamentos de transição	32.560,03	32.699,86
STCP Serviços	5.000,00	5.000,00
Autoloc		139,83
Transpubicidade	27.560,03	27.560,03
Lucros não distribuídos	-154.796,62	-154.796,62
Transpubicidade	-154.796,62	-154.796,62
Ajustamentos em ativos financeiros - Relativos ao MEP	-122.236,59	-122.096,76

28.4.5. Outras variações nos capitais próprios

Outras variações nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011	2010
Subsídios relacionados com ativos	698.219,97	1.125.054,28
Doações	281.048,63	281.048,63
Outras Variações no capital próprio	979.268,60	1.406.102,91

28.4.6. Resultado por ação

Resultados por ação nos anos de 2011 e de 2010:

	2011	2010
Resultados líquidos do período	-54.545.474,57	-37.677.163,38
Nº médio ponderado de ações	15.929.800	15.929.800
Resultado por ação básico	-3,42	-2,37

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

29. Benefícios dos Empregados

A empresa possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores com contrato de trabalho sem termo, celebrado até ao ano de 2005 inclusive, calculado com base numa fórmula fixada e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007).

Em dezembro de 1998 a empresa transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões BPI - Aberto, procedendo com a assinatura do contrato de adesão a uma dotação inicial de 3.042.667 euros, correspondente a 304.158,66 unidades de participação.

A 31 de dezembro de 2011 e de 2010, de acordo com o estudo atuarial levado a efeito pelo BPI PENSÕES, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez era o seguinte:

	2011	2010
Custo com serviços passados de reformados	2.932.811,00	3.267.798,00
Responsabilidade do fundo	2.932.811,00	3.267.798,00

Pressupostos financeiros e atuariais utilizados na avaliação atuarial das responsabilidades, em 2011 e 2010:

Pressupostos	2011	2010
Taxa de desconto	4,75%	4.75%
Taxa de rendimento esperado	5,1 %	5%
Taxa de crescimento do tecto (**)	Sem crescimento, valor fixo de 650,00 Euros	
Taxa de crescimento das pensões da Segurança Social (*)	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento das pensões da STCP	Igual à taxa de crescimento das pensões da Seg. Social com limite da diferença entre o valor do tecto e a pensão da Seg. Social	
Taxa de crescimento dos salários	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade	Tábua francesa TV 73/77	
Tábua de invalidez	Não aplicável	Não aplicável

(*) Nos anos anteriores a 2001 era de 1%, no longo prazo.

(**) Nos anos anteriores a 2001 o tecto era de 548, 68 Euros. De 2001 até 2006 inclusive, passou a 598,56 Euros.

Movimentos no Fundo de Pensões a 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011	2010
Valor dos ativos no Fundo no início do exercício	2.338.541,00	2.626.274,00
Contribuições da empresa	338.713,00	235.371,00
Pensões pagas	-540.703,00	-575.250,00
Rendimento efetivo:	-25.969,00	52.146,00
Rentabilidade esperada do Fundo, líquida de comissões	104.956,00	115.877,00
Ganhos / (Perdas) de rendimento	-130.925,00	-63.731,00
Valor dos ativos no Fundo no final do exercício	2.110.582,00	2.338.541,00

À data do encerramento das contas não é possível estimar com fiabilidade o valor das contribuições que se espera para o ano de 2012, cujo montante será determinado em função do nível de financiamento.

Alterações verificadas nas responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e complementos de pensões de reforma e invalidez a 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011	2010
Responsabilidades no início do exercício	3.267.798,00	3.491.295,00
Custo com serviços correntes		23.337,00
Custo dos juros	141.893,00	192.354,00
Pensões previstas	-561.151,00	-617.452,00
Perdas e (Ganhos) actuarias de experiência	84.271,00	-139.713,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa desconto		317.977,00
Responsabilidades no final do exercício	2.932.811,00	3.267.798,00

No decurso dos exercícios de 2011 e de 2010 foram reconhecidos na rubrica Gastos com o pessoal os seguintes montantes e resultados, decorrentes de responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez:

	2011	2010
Custos com serviços correntes		23.337,00
Custo dos juros	141.893,00	192.354,00
Rentabilidade esperada	-104.956,00	-115.877,00
Perdas e (Ganhos) actuarias:	194.748,00	199.793,00
Perdas e (Ganhos) actuarias de experiência	84.271,00	-139.713,00
Perdas e (Ganhos) de rendimento	130.925,00	63.731,00
Perdas e (Ganhos) benefícios (pensões)	-20.448,00	-42.202,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa desconto		317.977,00
	231.685,00	299.607,00

Evolução dos ganhos e perdas decorrentes dos ajustamentos de experiência:

	2011	2010	2009	2008	2007
Passivos do plano					
Ganhos / (Perdas) de experiência	-130.925,00	139.713,00	-4.462,00	62.774,00	-66.329,00
% Resp. por serviços passados	6,2%	4,3%	-0,1%	1,6%	-1,5%
Ativos do plano					
Ganhos / (Perdas) de rendimento	-84.271,00	-63.731,00	56.653,00	-501.369,00	-44.129,00
% Ativos do plano	2,9%	-2,7%	2,2%	-16,5%	-1,1%

Taxas de rendimento efetivo do Fundo de Pensões nos últimos 5 anos:

	2011	2010	2009	2008	2007
Taxa de rendimento efetivo	-0.71%	2.8%	8.22%	-8.05%	4.07%

Não é aplicável o parágrafo 104.A. da IAS19.

Evolução do valor presente da obrigação de benefícios definidos, nos últimos 5 anos, no justo valor de ativos do plano e do excedente ou défice do plano:

Ano	Responsabilidades do Fundo	Valor dos Ativos no Fundo	Défice/Superavit do Fundo	Taxa de Cobertura do Fundo
2007	4.306.315,00	3.997.361,00	-308.954,00	93%
2008	3.882.068,00	3.045.472,00	-836.596,00	78%
2009	3.491.295,00	2.626.274,00	-865.021,00	75%
2010	3.267.798,00	2.338.541,00	-929.257,00	72%
2011	2.932.811,00	2.110.582,00	-822.229,00	72%

Composição do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização a 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

Composição	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Ações	34.717.442	27,5%	43.724.678	33,7%
Imobiliário	2.836.321	2,2%	2.828.076	2,2%
Obrigações Taxa Indexada	12.880.763	10,2%	48.751.537	37,5%
Obrigações Taxa Fixa	54.113.297	42,9%	8.470.393	6,5%
Retorno Absoluto	4.394.551	3,5%	5.640.592	4,3%
Liquidez	17.299.658	13,7%	20.464.740	15,8%
	126.242.032		129.880.016	

A 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o valor patrimonial da adesão da STCP ao Fundo de Pensões BPI Aberto BPI Valorização era respetivamente de 2.110.852 euros e de 2.338.541,00 euros, representando 1,7% e 1,8% do valor total do Fundo de Pensões.

O Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização não tem na sua composição ativos da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto.

30. Divulgação Exigida Por Diplomas Legais

Nada a relatar

31. Fornecedores e Outros credores

Dívidas a fornecedores, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011	2010
Fornecedores c/c	4.569.034,23	4.634.972,13
Não vencido	3.418.412,66	2.803.600,70
Vencido	699.295,43	1.284.997,44
<30	380.745,64	1.094.013,63
<60	78.479,11	83.545,83
<90	14.118,72	28.756,87
<120	35.063,83	8.176,18
<180	15.019,30	23.095,00
>=180	175.868,83	47.409,93
Em recepção e conferência	451.326,14	546.373,99
Fornecedores de investimento	143.746,42	459.558,08
Não vencido	82.187,83	290,40
Vencido	61.558,59	459.267,68
<30	17.220,00	30.254,48
<60		9.855,45
<90	38.949,96	532,40
<120	971,09	15.707,70
<180	2.094,31	0,00
>=180	2.323,23	402.917,65
Outros credores	1.373.495,71	243.118,76
Não vencido	88.420,58	243.118,76
Vencido	1.285.075,13	0,00
<30	682.632,20	
<60	488.935,60	
<90	262,36	
>=180	113.244,97	

As dívidas de fornecedores e contas a pagar foram registradas ao seu valor nominal porque não vencem juros e, por outro lado, porque o efeito do seu desconto financeiro não é material, tendo em conta o prazo médio de pagamento aplicável, que é puramente comercial: 60 dias.

32. Estado e Outros Entes Públicos

Rubrica de Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011		2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento:	512.089,01		476.838,16	
Retenção de impostos sobre rendimentos		223.229,62		249.781,10
Imposto sobre o valor acrescentado	3.060.683,17		2.568.803,94	
Outros impostos				5.110,65
Contribuições para a Segurança Social		652.903,48		717.649,09
Outras tributações		15.493,80		5.314,80
Estado e outros entes públicos	3.572.772,18	891.626,90	3.045.642,10	977.855,64

33. Outras contas a pagar e a receber

Detalhe de Outras contas a pagar e a receber em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

Outras contas a pagar	2011	2010
Fornecedores de investimento c/c	143.746,42	459.558,08
Credores por acréscimos de gastos	3.798.431,11	5.953.642,95
Pessoal	127.965,37	118.494,77
Cientes saldos credores	7.306,90	4.514,10
Credores diversos	1.373.495,71	243.118,76
	5.450.945,51	6.779.328,66

Credores por acréscimos de gastos	2011	2010
Fornecimento e serviços externos - Subcontratos	41.473,95	57.718,11
Fornecimento e serviços externos - Trabalhos especializados	1.121.824,71	643.786,80
Fornecimento e serviços externos - Energia e outros fluidos	54.264,99	8.960,53
Fornecimento e serviços externos - Serviços Diversos	330.087,90	557.644,14
Custos com pessoal	2.115.027,11	4.552.765,43
Outros Gastos e Perdas	135.752,45	132.767,94
	3.798.431,11	5.953.642,95

Outras contas a receber	2011	2010
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.329.837,70	3.141.940,41
Pessoal	336.693,87	306.885,47
Fornecedores saldos devedores	6.040,40	1.220,50
Devedores diversos	1.775.189,35	2.869.624,84
Quantia bruta	4.447.761,32	6.319.671,22
Perdas por Imparidade acumuladas	-909.642,54	-909.642,54
Quantia escriturada	3.538.118,78	5.410.028,68

Devedores por acréscimos de rendimentos	2011	2010
Prestações de serviços	1.255.422,73	1.985.390,29
Subsídios à exploração	998.318,43	954.819,72
Outros rendimentos e ganhos - Proveitos suplementares	39.082,56	
Outros rendimentos e ganhos - Outros	36.626,98	201.702,40
Juros a receber	387,00	28,00
	2.329.837,70	3.141.940,41

34. Diferimentos

Rubrica de Diferimentos, no Ativo corrente e no Passivo corrente, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

Diferimentos	2011	2010
Gastos a reconhecer	138.678,85	343.710,48
Fornecimento e serviços externos	121.828,35	334.977,73
Outros Gastos e Perdas	16.850,50	8.732,75
Rendimentos a reconhecer	-1.261.585,77	882.612,00
Prestações de serviços	-908.011,69	689.381,44
Outros rendimentos e ganhos	-353.574,08	193.230,56

35. Fornecimentos e Serviços Externos

Rubrica de Fornecimentos e serviços externos, nos exercícios de 2011 e de 2010:

	2011	2010
Subcontratos	6.607.526,15	6.316.252,45
Serviços especializados	6.555.908,12	6.546.040,94
Trabalhos especializados	191.882,99	304.484,48
Publicidade e propaganda	16.201,99	96.601,12
Vigilância e segurança	265.225,69	353.316,07
Honorários	118.002,36	142.837,27
Comissões	2.099.553,03	2.025.210,31
Conservação e reparação	3.424.597,92	3.284.938,31
Comunicação e informação ao Público	27.572,78	37.654,26
Outros	412.871,36	300.999,12
Materiais	66.350,84	69.127,07
Energia e fluidos	10.702.878,96	10.896.566,59
Eletricidade	485.786,44	440.569,16
Combustíveis	10.189.241,98	10.417.471,56
Outros	27.850,54	38.525,87
Deslocações, estadas e transportes	9.343,37	15.588,15
Serviços diversos	8.680.187,42	8.767.564,24
Rendas e alugueres	6.117.544,08 €	6.113.127,05
Comunicação	425.210,35 €	441.055,44
Seguros	613.530,00 €	603.493,67
Royalties	123.112,60 €	127.793,39
Contencioso e notariado	11.974,73 €	8.768,62
Despesas de representação	10.321,49 €	20.464,04
Limpeza, higiene e conforto	1.170.561,50 €	1.236.162,41
Outros serviços	207.932,67 €	216.699,62
Fornecimento e serviços externos	32.622.194,86	32.611.139,44

36. Gastos com o Pessoal

Gastos com pessoal a 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011	2010
Remunerações dos órgãos sociais	373.132,86	472.270,73
Remunerações do pessoal	26.725.414,43	30.561.411,47
Benefícios pós emprego	281.058,88	346.410,25
Encargos com remunerações	5.898.675,50	6.751.009,96
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	356.415,21	383.971,05
Gastos com ação social	353.280,01	416.275,66
Indemnizações	2.871.967,63	954.363,08
Outros gastos com o pessoal	73.653,11	113.780,39
Gastos com Pessoal	36.933.597,63	39.999.492,59

A Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, vem obrigar as empresas do Setor Empresarial do Estado a reduzir o pagamento do subsídio de férias e natal aos seus trabalhadores cuja remuneração mensal seja igual ou superior a 600 euros e não exceda o valor de 1100 euros e a suspender o seu pagamento aos trabalhadores cuja remuneração mensal seja superior a 1.100 euros. Esta medida é aplicável às férias vencidas no início de 2012, cujos gastos com o pessoal são estimados e contabilizados ainda em 2011.

Por outro lado, a Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, prevê também uma redução remuneratória a todos os trabalhadores das empresas do Setor Empresarial do Estado, cuja remuneração ilíquida mensal seja superior a 1.500 euros. Prevê ainda o congelamento das progressões na carreira em termos remuneratórios. Esta medida é aplicável desde 1 de janeiro de 2011.

Estas duas medidas conduziram a uma redução significativa dos gastos com o pessoal no exercício de 2011.

37. Outros Gastos e Perdas

Outros gastos e perdas operacionais, a 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011	2010
Outros gastos e perdas	771.689,22	1.313.735,28
Impostos	167.871,84	129.656,46
Impostos diretos	88.922,90	88.922,74
Impostos indiretos	5.589,07	25.264,00
Taxas	73.359,87	15.469,72
Dívidas incobráveis		325,00
Perdas em inventários	23.354,60	75.615,01
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	19.690,80	281.882,83
Outros gastos e perdas	560.771,98	826.255,98
Donativos	88.282,43	100.186,52
Quotizações	23.924,35	27.701,63
Indemnizações por sinistros	439.255,58	690.187,11
Outros Gastos e Perdas Operacionais	9.309,62	8.180,72
Ganhos e perdas de financiamento	17.673,47	54.161,90
Juros suportados – Outros Juros	58,78	33.591,51
Diferenças de câmbio desfavoráveis - Outras	1,89	
Outros gastos e perdas de financiamento – Outros	17.612,80	20.570,39
	789.362,69	1.367.897,18

38. Outros Rendimentos e Ganhos

Detalhe de Outros rendimentos operacionais a 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011	2010
Rendimentos suplementares	2.033.551,62	1.751.311,99
Descontos de pronto pagamento obtidos	13.233,77	12.116,11
Ganhos em inventários	81.227,70	74.215,96
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	376.231,93	254.843,71
Outros rendimentos e ganhos	926.926,35	1.306.625,08
Outros rendimentos e ganhos - Excesso da estimativa para impostos	632,89	
Outros rendimentos e ganhos - Imputação de subsídios para investimentos	426.834,31	769.270,18
Outros rendimentos e ganhos - Sinistros	279.859,49	277.361,80
Outros rendimentos e ganhos -Outros Subsídios	107.608,06	36.233,62
Outros não especificados	111.991,60	223.759,48
Outros rendimentos e ganhos na demonstração de resultados	3.431.171,37	3.399.112,85

39. Responsabilidades por garantias prestadas

Responsabilidades assumidas com garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

Beneficiário da Garantia	Descrição	2011	2010
Ministério da Administração Interna	Serviços autoproteção para actividades previstas na a inea f) nº 2 do art.1 do DL 276/93	19.000,00	19.000,00
Tribunais de Traba ho	Pensões de Acidentes de traba ho	447.430,41	447.430,41
EDP Serviço Universal	Fornecimento energia	9.168,00	9.168,00
Tribunal Adm. Fiscal do Porto	Litígio relativo ao subsídio SAE	341.497,02	341.497,02
Tribunal Judicial Gondomar	Litígio com Imgoval	245.564,00	245.564,00
		1.062.659,43	1.062.659,43

40. Número de trabalhadores

Durante os exercícios de 2011 e de 2010 o efetivo médio ao serviço da empresa foi respetivamente de 1.438 e 1.512 trabalhadores.

Em 31 de dezembro de 2011 o efetivo era de 1.318 trabalhadores e de 1.496 em 31 de dezembro de 2010.

41. Capital próprio negativo

No exercício de 2011 a empresa incorreu num prejuízo de 54.545.474,57 euros verificando-se que, nessa data, o passivo total excede o ativo total em 330.719.356,85 euros.

Com 140 anos de existência completados em 2010, é entendimento da STCP que, por estar integrada no Setor Empresarial do Estado português, dado ser uma empresa de capitais exclusivamente públicos, e por desenvolver uma atividade cujo objeto consiste na prestação de um serviço de interesse geral, com uma quota relevante de serviço social obrigatório, desempenha um papel na sociedade que, por si mesmo, impõe ao Estado assegurar os custos dessa função social e garantir a continuidade da sua atividade.

Apesar de a empresa apresentar continuamente resultados negativos não está posta em causa a sua continuidade.

Porto, 21 de fevereiro de 2012

O Técnico Oficial de Contas nº 6622

O Conselho de Administração
Presidente
Vogais



8. Outra Informação



8. Outra Informação

8.1 Painel de Indicadores de Atividade

REDE	2008	2009	2010	2011	11/10
Linhas em Exploração	83	83	85	81	-4,7%
Rodoviárias	80	80	82	78	-4,9%
Tração Elétrica	3	3	3	3	0,0%
Concelhos Servidos	6	6	6	6	0,0%
Freguesias Servidas	52	52	53	51	-3,8%
Paragens	2.724	2.707	2.720	2.651	-2,5%
Extensão (km)	537,1	541,8	545,6	522,0	-4,3%
Rodoviária	534,8	539,4	543,2	519,5	-4,4%
Tração Elétrica	8,7	8,9	8,9	8,9	0,0%
Corredores BUS	24,5	24,6	24,7	23,9	-2,9%
PROCURA	2008	2009	2010	2011	11/10
Passageiros (valores em milhares)					
Autocarros	110.993	107.945	108.830	107.960	-0,8%
Produção Própria	98.355	94.720	95.515	94.978	-0,6%
Operadores Privados	12.637	13.225	13.315	12.982	-2,5%
Tracção Elétrica	261	298	390	429	10,0%
Passageiros	111.254	108.243	109.220	108.389	-0,8%
Passageiros * km	441.425	410.404	388.666	384.609	-1%
Estrutura de títulos utilizados	2008	2009	2010	2011	11/10 PP
passageiros monomodais	74,9%	68,0%	63,2%	59,0%	-4,2
- assinaturas	58,9%	54,5%	50,8%	48,0%	-2,8
- títulos ocasionais	11,2%	9,2%	7,9%	7,0%	-0,9
- bilhetes avulso + diários	4,8%	4,3%	4,4%	4,0%	-0,4
passageiros intermodais	25,1%	32,0%	36,8%	41,0%	4,2
- assinaturas	20,2%	26,1%	29,6%	33,2%	3,6
- títulos ocasionais	4,7%	5,5%	6,6%	7,3%	0,7
- títulos diários	0,28%	0,46%	0,7%	0,6%	-0,1
RECEITA	2008	2009	2010	2011	11/10
Receita líquida por tipo de tarifário (valores em milhares de euros)					
Receita Monomodal	37.424	32.812	31.121	29.689	-5%
Receita Andante	11.966	14.730	18.045	20.928	16%
Total	49.390	47.542	49.166	50.617	3,0%

REDE DE VENDAS	2008	2009	2010	2011	11/10
Canais de venda					
Agentes Payshop	493	487	495	500	1%
Estações CTT	86	85	85	67	-21%
Postos STCP	4	4	3	2	-33%
Lojas e Pontos de Venda Andante	11	12	17	17	0%
Bi heteiras da CP	5	5	5	5	0%
MVA's MP e CP	177	179	179	232	30%
RECLAMAÇÕES DE CLIENTES	2008	2009	2010	2011	11/10
Por Canal de Entrada					
Provedoria	998	615	487	445	-9%
Linha Azul	1.607	1.139	1.011	521	-48%
Livro de Reclamações	241	199	210	102	-51%
Outros Canais	450	632	362	178	-51%
Total Reclamações	3.296	2.585	2.070	1.246	-40%
TIPO DE RECLAMAÇÕES	2008	2009	2010	2011	11/10
Rede e Percursos	185	81	61	83	36%
Horários	1.358	1.228	932	435	-53%
Sistema Bi hética	411	257	213	118	-45%
Comportamento Pessoal	447	349	406	370	-9%
Informação ao Público	307	201	144	63	-56%
Paragens e Abrigos	136	90	64	39	-39%
Outros	374	160	183	107	-42%
Comportamento com Cobertura Legal	62	178	25	0	-100%
Viaturas	16	41	42	31	-26%
Total	3.296	2.585	2.070	1.246	-40%

OFERTA	2008	2009	2010	2011	11/10
Produção Global (valores em milhares de Km)					
Autocarros	29.452	28.786	29.740	28.553	-4%
Tração Elétrica	83	91	108	110	1%
Veículos * km	29.535	28.877	29.848	28.663	-4%
Autocarros	2.566.339	2.513.430	2.602.705	2.534.268	-3%
Tração Elétrica	3.500	3.813	4.538	4.602	1%
Lugares * km	2.569.839	2.517.243	2.607.242	2.538.869	-3%
Taxa de Ocupação Global					
Autocarros	17,2%	16,3%	14,9%	15,1%	0,2 pp
Tração Elétrica	22,4%	16,8%	15,9%	19,2%	3,3 pp
Velocidade Comercial Global					
Autocarros	16,2	16,2	16,1	15,9	-1%
Tração Elétrica	7,4	7,5	7,6	7,1	-6%
Produção da Frota Própria AC (valores em milhares)					
N.º Médio Veículos (un.)	407	390	401	390	-3%
Veículos * km	25.387	24.770	25.724	24.507	-5%
Lugares * km	2.254.910	2.206.567	2.296.833	2.225.859	-3%
Veículos hora	1.581	1.542	1.613	1.555	-4%
Indicadores da Oferta Frota Própria AC					
Taxa de Ocupação (%)	17%	16%	14,5%	14,8%	0,4 pp
Velocidade Comercial (km/h)	16,1	16,1	15,9	15,8	-1%
Taxa de Acidentes p/embaite (por milhão * km)	37	43	39	40	2%
Produção da Frota Operadores Privados (valores em milhares)					
Veículos * km	4.066	4.015	4.016	4.046	1%
Lugares * km	311.429	306.863	305.872	308.409	1%
Veículos hora	241	238	238	239	1%
Indicadores da Oferta Frota Operadores Privados					
Taxa de Ocupação (%)	16,1%	19,4%	18,2%	17,4%	-0,8 pp
Velocidade Comercial (km/h)	16,9	16,9	16,9	16,9	0%
Produção da Frota Carros Elétricos (valores em milhares)					
N.º Médio Veículos (un.)	4	4	4	4	0%
Veículos * km	83	91	108	110	1%
Lugares * km	3.500	3.813	4.538	4.602	1%
Veículos hora	11	12	14	15	8%
Indicadores da Oferta Carros Elétricos					
Taxa de Ocupação (%)	22,4%	16,8%	15,9%	19,2%	3,3 pp
Velocidade Comercial (km/h)	7,4	7,5	7,6	7,1	-6%
Indicadores de Desvios					
Nº de Desvios	222	285	278	291	5%
Concluídos por Obras	132	185	187	204	9%
Concluídos por Eventos	90	100	91	87	-4%
Duração Média dos Desvios (dias)	17	19	21	19	-10%

RECURSOS HUMANOS	2008	2009	2010	2011	11/10
Efetivo Total em 31/12 *	1.521	1.490	1.496	1.318	-12%
Pessoal Tripulante em 31/12	1.008	984	988	891	-10%
Pessoal tripulante (% total)	66,3%	66,0%	66,7%	67,6%	0,9 pp
Efetivo Total Médio	1.591	1.502	1.512	1.438	-5%
Distribuição Efetivo					
Efetivo Homem	1.434	1.415	1.401	1.226	-12,5%
Efetivo Mulher	87	87	95	92	-3,2%
Absentismo					
Taxa Global em 31/12 (%)	7,8%	8,3%	7,2%	6,8%	-0,3 pp
Pessoal Tripulante (%)	9,0%	9,1%	7,5%	6,9%	-0,6 pp
Outros (%)	5,4%	6,6%	6,6%	6,7%	0,1 pp
Trabalho Suplementar					
Horas	63.965	79.988	79.188	81.189	3%
Pessoal Tripulante	55.436	77.542	77.642	80.700	4%
Valor (m €)	498	620	597	583	-2%
Pessoal Tripulante	415	592	579	579	0%
Estrutura Etária					
18-29	19	21	16	15	-6%
30-49	708	700	735	694	-6%
> 49	794	769	745	609	-18%
Total	1.521	1.490	1.496	1.318	-12%
Formação					
Horas	11.373	15.642	20.518	13.472	-34%
Pessoal Tripulante	5.859	11.169	16.023	8.625	-46%
Formação Contínua	5.859	6.099	3.175	8.625	172%
Trabalhadores	894	773	783	526	-33%
Pessoal Tripulante	679	643	571	263	-54%
Formação Contínua	679	598	75	263	251%

(*) Sem CA

FROTA	2008	2009	2010	2011	11/10
Composição de Frota					
Autocarros	473	472	489	468	-4,3%
Carros Eléctricos	8	8	5	5	0,0%
Total	481	480	494	473	-4,3%
Composição da frota de autocarros					
Viaturas a gasóleo	218	217	234	213	-9,0%
Standard	213	212	234	173	-26,1%
Articulados	0	0	209	20	-90,4%
Minis	5	5	20	5	-75,0%
2 Pisos				15	-
Viaturas a gás natural	255	255	255	255	0,0%
Standard	225	225	225	225	0,0%
Articulados	30	30	30	30	0,0%
Frota autocarros	473	472	489	468	-4,3%
Caraterísticas da Frota					
Gás natural	53,9%	54,0%	52,1%	54,5%	2,3 pp
Ar condicionado	72,5%	72,7%	74,2%	80,8%	6,5 pp
Piso rebaixado	91,5%	91,7%	92,6%	100,0%	7,4 pp
Rampa rebatível	56,7%	56,8%	58,9%	64,7%	5,8 pp
Idade Média (anos)					
Carros Eléctricos	70,55	71,55	72,55	73,55	1,0 abs
Autocarros	7,46	8,45	9,04	9,19	0,1 abs
Diesel	9,75	10,74	10,71	10,07	-0,6 abs
Gás natural	5,46	6,46	7,46	8,46	1,0 abs

Consumo viaturas por tipo combustível utilizado	2008	2009	2010	2011	11/10
Gasóleo (l/100 km)	52,04	52,27	52,78	54,90	4%
Custos Total (m €)	5.242	4.232	5.364	6.195	15%
Custo por 100 km (€)	48,31	38,18	46,00	58,25	27%
Custo Médio (€/por litro)	0,93	0,73	0,87	1,06	22%
Gás Natural (m³/100 km)	68,35	68,35	68,61	67,66	-1%
Custos Total (m €)	5.399	4.610	4.842	4.199	-13%
Custo por 100 km (€)	35,27	31,90	32,62	28,86	-12%
Custo Médio (€/m³)	0,52	0,54	0,48	0,43	-10%
Energia Tração (Kwh/ 100 km)	266,13	297,10	268,92	287,75	7%
Custo Total (m €)	28	37	37	47	29%
Custo por 100 Km (€)	32,78	37,89	33,03	42,04	27%
Custo Médio (€/kw)	0,12	0,13	0,12	0,15	19%
Operacionalidade da Frota					
Taxa de Imobilização	5,8%	6,7%	7,9%	7,4%	-0,5 pp
Taxa de Avarias (por mil km)	1,19	1,17	1,19	1,15	-3%

ECONÓMICA E FINANCEIRA					
POC (valores em milhares de euros)					
Custos		2008			
FSE+CMVMC	37.371				
Custos com Pessoal	38.777				
Amortizações e Provisões	8.917				
Operacionais	85.788				
Financeiros	25.694				
Correntes	111.482				
Extraordinários	2.351				
Custos Totais	113.866				
% Custos com Pessoal					
Custos c/ Pessoal/ Custos Operacionais	45,20%				
Custos c/ Pessoal/ Custos Totais	34,1%				
Receita títulos de transporte/Custos c/ Pessoal	1,3				
SNC (valores em milhares de euros)					
Gastos		2009	2010	2011	11/10
FSE+CMVMC		33.178	34.032	34.167	0,4%
Gastos com Pessoal		40.731	39.999	36.934	-7,7%
Gastos/reversões depreciação amortização e provisões		8.385	6.531	8.225	25,9%
Operacionais		87.887	81.963	80.122	-2,2%
Juros e gastos similares suportados		10.437	28.383	48.469	25.694
Gastos Totais		98.355	110.386	128.625	16,5%
% Gastos com Pessoal					
Gastos c/ Pessoal/ Gastos Operacionais		46,3%	48,8%	46,1%	-2,71 pp
Gastos c/ Pessoal/ Gastos Totais		41,4%	36,2%	28,7%	-7,52 pp
Receita títulos de transporte/Gastos c/ Pessoal		1,17	1,23	1,37	11,5%
Rendimentos					
	2008	2009	2010	2011	11/10
Rendimentos Totais					
	74.987	74.706	72.709	74.080	1,9%
Títulos de transporte	49.390	47.541	49.166	50.617	3,0%
PAII	947	982	955	998	4,6%
Indemnizações Compensatórias	17.812	19.156	18.975	17.871	-5,8%
Outros rendimentos e ganhos	6.838	7.026	3.612	4.593	27%
Esforço Financeiro do Estado					
	2008	2009	2010	2011	11/10
Total					
	19.501	21.119	21.900	21.031	-3,97%

Resultados	2008	2009	2010	2011	11/10
(valores em milhares de euros)					
Resultados Operacionais	-14.132	-15.903	-9.254	-6.383	31%
Antes de IC's	-31.945	-35.059	-28.230	-24.254	14%
Resultados Financeiros	-24.068	-7.719	-28.383	-48.128	-70%
Resultado Líquido Exercício	-38.879	-23.653	-37.677	-54.545	-45%
Antes de Swap	-28.189	-24.625	-17.612	-20.514	-16%
Antes de IC's	-56.691	-42.809	-56.653	-72.416	-28%

	2008	2009	2010	2011	11/10
(valores em euros por milhares de Km)					
Rendimentos Operacionais / Passageiro * km	162,33	175,40	187,07	192,61	3,0%
Antes de IC's	121,98	128,72	138,25	146,15	5,7%
Gastos Operacionais / Passageiro * km	194,34	214,15	210,88	208,32	-1,2%
Antes de Amortizações	175,55	194,59	194,09	190,88	-1,7%
Rendimentos Operacionais / Lugar * km	27,88	28,60	27,89	29,18	4,6%
Antes de IC's	20,95	20,99	20,61	22,14	7,4%
Gastos Operacionais / Lugar * km	33,38	34,91	31,44	31,56	0,4%
Antes de Amortizações	30,15	31,73	28,93	28,92	-0,1%

% gastos operacionais	2008	2009	2010	2011	11/10
Prestação de Serviços	57,8%	54,3%	60,2%	63,4%	3,2 pp
Subsídios à Exploração	21,9%	22,9%	24,3%	23,6%	-0,8 pp
Rendimentos Operacionais	83,5%	81,9%	88,7%	92,5%	3,7 pp

Indicadores de Atividade	2008	2009	2010	2011	11/10
(valores em milhares de euros)					
Produção	68.921	68.006	69.310	69.691	0,5%
Por efetivo médio	43,3	45,3	45,8	48,5	5,7%
Antes de IC's	51.109	48.850	50.334	51.820	3,0%
Valor Acrescentado Bruto	33.321	37.327	37.309	38.165	2,3%
Por efetivo médio	20,9	24,9	24,7	26,5	7,6%
Antes de IC's	15.509	18.171	18.333	20.294	10,7%

	2008	2009	2010	2011	11/10
(valores em dias)					
Prazo Médio Pagamento	92,3	77,3	54,4	52,2	-4%
Prazo Médio Recebimento	43,6	58,8	10,6	33,8	218%

O cálculo do PMP, a partir do ano 2009, foi efetuado de acordo RCM 34/2008 e despacho 9870/2009.

	2008	2009	2010	2011	11/10
Rácio de Liquidez Geral	10,4%	27,7%	3,4%	5,4%	2,0 pp
Rácio de Liquidez Reduzida	9,9%	25,7%	2,7%	4,9%	2,2 pp
Rácio de Liquidez Imediata	0,2%	0,6%	1,0%	0,9%	-0,1 pp

Estrutura do Balanço		2008			
(valores em milhares de euros)					
Ativo	92.151				
Imobilizado	75.768				
Circulante	13.951				
Acréscimos e Diferimentos	2.433				
Capital Próprio e Passivo	92.151				
Capital Próprio	-247.197				
Passivo	339.348				

Estrutura do Balanço		2009	2010	2011	11/10
(valores em milhares de euros)					
Ativo		110.950	114.746	109.617	-4%
Não Corrente		96.948	102.624	95.881	-87%
Corrente		14.002	12.122	13.735	13%
Capital Próprio e Passivo		110.950	114.746	109.617	-4%
Capital Próprio		-237.305	-275.747	-330.719	20%
Passivo		348.254	390.493	440.336	13%

Financiamentos Obtidos		2008	2009	2010	2011	11/10
(valores em milhares de euros)						
Não Corrente		176.142	293.914	241.259	242.346	0,5%
Corrente		117.166	15.741	94.144	110.624	17,5%
TOTAL		293.308	309.655	335.403	352.970	5,2%

Investimentos		2008	2009	2010	2011	11/10
(valores em milhares de euros)						
Material Circulante		4.874	163	11.765	116	-99%
Infraestruturas		29	381	220	650	195%
Outros		696	962	270	183	-32%
Total		5.600	1.506	12.255	949	-92%

Outros Indicadores de Atividade	2008	2009	2010	2011	11/10
Varição Ponderada do Tarifário (Monomodal)	4,5%	0,0%	0,8%	11,9%	11,2 pp
Taxa Inflação Anual	2,6%	-1,0%	1,4%	3,7%	2,3 pp
Varição Custo Médio Unitário do Gasóleo	14,4%	-21,3%	19,3%	21,7%	2,4 pp
Varição Custo Médio Unitário do Gás Natural	20,8%	4,3%	1,8%	-10,3%	-12,1 pp

Produtividade	2008	2009	2010	2011	11/10
Veículo * km (10 ^{^3}) / Efetivo Médio	18,6	19,2	19,7	19,9	1,0%
Lugar * km (10 ^{^3}) / Efetivo Médio	1.615,2	1.675,9	1.724,4	1.765,6	2,4%
Passageiro (10 ^{^3}) / Efetivo Médio	69,9	72,1	72,2	75,4	4,3%
Passageiro * km (10 ^{^3}) / Efetivo Médio	277,5	273,2	257,1	267,5	4,0%
Extensão Rede (km) / Efetivo Médio	0,33	0,36	0,36	0,36	0,6%

Evolução do complemento de pensões	2008	2009	2010	2011	11/10
(valores em milhares de euros)					
Compl. Pensões pago no ano	634	612	575	540	-6%
Nº médio de pensionistas	321	315	307	288	-6%

Consumo de energia	2008	2009	2010	2011	11/10
Eletricidade CE					
(kwh)	253.089	286.732	297.652	323.693	9%
Kwh/100km	295	297	271	288	6%
Tep	73	83	86	94	9%
Eletricidade Inst. Fixas					
(kwh)	5.020.939	4.800.421	4.940.201	4.724.391	-4%
Tep	1.456	1.392	1.433	1.370	-4%
Gasóleo					
Litros	5.647.060	5.793.505	6.154.613	5.838.263	-5%
litros/100km	52,04	52,27	52,78	54,90	4%
Tep	4.927	5.055	5.370	5.094	-5%
Gás Natural					
Metros cúbicos	10.461.226	9.875.031	10.184.235	9.844.229	-3%
m ³ /100km	68,35	68,35	68,61	67,66	-1%
Tep	8.578	8.098	8.351	8.072	-3%
Total Tep	15.035	14.628	15.240	14.631	-4%

Tep - toneladas equivalentes de petróleo
Cálculo efectuado de acordo com a Portaria nº 228/90 de 27 de Março

8.2 Painel de Indicadores de GRI

A STCP elabora desde 2006 um único relatório, designado por Relatório de Gestão e Sustentabilidade, remetendo a informação de uma estrutura GRI (Global Reporting Initiative) para um índice GRI que é parte integrante deste relatório e que se apresenta nos quadros seguintes. Embora a STCP responda

globalmente ao conteúdo e aplicação da GRI, nunca se propôs a autodeclarar um determinado nível com base na sua própria avaliação do conteúdo do relatório, nem solicitou até à data a uma entidade externa essa mesma análise.

1. Estratégia e Análise		
1.1	Declaração da Presidente do Conselho de Administração	7-8
1.1	Impactos sobre a sustentabilidade, riscos e oportunidades resultantes da tendência de sustentabilidade	27-61, 87-90
2. Perfil Organizacional		
2.1	Nome da organização	65, 134
2.2	Principais produtos e/ou serviços	65, 134
2.3	Estrutura operacional da organização	75
2.4	Localização da sede social da organização	202
2.5	Países em que opera	10
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	65, 134
2.7	Mercados abrangidos	10
2.8	Dimensão da organização	10, 190-194
2.9	Principais alterações ocorridas durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, estrutura organizacional ou estrutura acionista	74, 88
2.10	Prémios recebidos durante período abrangido pelo relatório	NR
3. Parâmetros para o Relatório		
3.1	Período abrangido pelo relatório	5, 9-11
3.2	Data do último relatório publicado	ND
3.3	Ciclo de publicação de relatórios	ND
3.4	Contactos para perguntas referentes ao relatório ou seu conteúdo	202
3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório	87-88
3.6	Limite do relatório	65, 87-88
3.7	Limitações específicas quanto ao âmbito ou ao limite do relatório	65, 87-88
3.8	Base de elaboração do relatório, no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afetar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações	147-154, 157-159
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculo, incluindo hipóteses e técnicas subjacentes, estimativas aplicadas e à compilação dos indicadores e outras informações contidas no relatório	134-198
3.10	Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações	134-198
3.11	Alterações significativas em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados	134-198
3.12	Sumário do conteúdo do GRI	199-202
3.13	Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente da garantia de fiabilidade para o relatório	87-96, 204-223
4. Governação, Compromissos e Envolvimento		
Governação		
4.1	Estrutura de governação da organização, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado e com responsabilidade por tarefas específicas, tais como, a definição da estratégia ou a supervisão da organização	74-84
4.2	Indicação se Presidente do Conselho de Administração é membro executivo	76
4.3	Número de membros do Conselho de Administração independentes e/ou não executivos	74
4.4	Mecanismos que permitem a acionistas e funcionários transmitir recomendações/orientações ao Conselho de Administração	69, 75-76
4.5	Relação entre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, directores de topo e executivos e o desempenho da organização	83-86
4.6	Processos ao dispor do Conselho de Administração para evitar conflitos de interesse	69, 88-90
4.7	Processo para a determinação das qualificações e competências exigidas aos membros do Conselho de Administração para definir a estratégia da organização relativamente às questões ligadas ao desempenho económico, ambiental e social	74-84
4.8	Missão, códigos de conduta e princípios considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como a fase de implementação	65-69
4.9	Processos do Conselho de Administração para supervisionar a forma como a organização efetua a identificação e gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos relevantes e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	69

4.10		Processos para avaliação do desempenho do Conselho de Administração, especialmente no que diz respeito ao desempenho económico, ambiental e social	12-69, 87-91, 109-114, 144-145
Compromissos com iniciativas externas			
4.11		Explicação sobre se o princípio de precaução é abordado pela organização e de que forma	88-90
4.12		Cartas, princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente de caráter económico, ambiental e social que a empresa subscreve ou defende	11, 27-33, 53-54, 56, 88-96
4.13		Principais adesões a associações e/ou organizações nacionais ou internacionais	97
Envolvimento das Partes Interessadas			
4.14		Relação dos grupos que constituem as Partes Interessadas envolvidas pela organização	27-97, 147-148
4.15		Base para identificação e seleção Partes Interessadas a serem envolvidas	65-77
4.16		Abordagem utilizadas para envolver as Partes Interessadas, incluindo a frequência do envolvimento, por tipo e por grupos das partes interessadas	27-77, 87-97
4.17		Principais questões e preocupações identificadas através das Partes Interessadas e as medidas adotadas pela organização no tratamento das mesmas	65-74, 147-148
5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho			
Indicadores de Desempenho Económico			
Aspeto: Desempenho Económico			
EC1	E	Valor económico direto gerado e distribuído	111-115, 130-198
EC2	E	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido às alterações climáticas	56-61
EC3	E	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização	39,130, 139,184
EC4	E	Apoio financeiro significativo recebido pelo governo	12, 111, 139,164, 195
Aspeto: Presença no Mercado			
EC5	C	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local	ND
EC6	E	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais	71
EC7	E	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes na comunidade local	ND
Aspeto: Impactes Económicos Indiretos			
EC8	E	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público, através de envolvimento comercial em géneros ou pro bono	42-55
EC9	C	Descrição e análise dos impactos económicos indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão	12-23, 101-115, 130-186
Indicadores de Desempenho Ambiental			
Aspeto: Materiais			
EN1	E	Consumo total de materiais por peso ou volume	58-61
EN2	E	Porcentagem de materiais utilizados provenientes de reciclagem	ND
Aspeto: Energia			
EN3	E	Consumo direto de energia, discriminado por fonte primária	59, 198
EN4	E	Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária	ND
EN5	C	Total de poupança de energia devido a melhorias em conservação e na eficiência	ND
EN6	C	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética e energias renováveis e reduções de consumo de energia em resultado dessas iniciativas	ND
EN7	C	Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e as reduções alcançadas	ND
Aspeto: Água			
EN8	E	Consumo total de água por fonte	60
EN9	C	Recursos hídricos significativamente afetadas pelo consumo de água	60
EN10	C	Porcentagem e volume total de água reciclada e reutilizada	NR
Aspeto: Biodiversidade			
EN11	E	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas	NR
EN12	E	Descrição dos impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	NR
EN13	C	Habitats protegidos ou recuperados	NR
EN14	C	Estratégias e programas atuais e futuros para a gestão dos impactos na biodiversidade	NR
EN15	C	Número de espécies da Lista Vermelha da IUCN e da lista nacional de conservação das espécies com habitats em áreas afetadas pelas operações, pelo nível de risco de extinção	NR
Aspeto: Emissões, Efluentes e Resíduos			
EN16	E	Total de emissões diretas e indiretas de gases com efeitos de estufa, por peso	57-59
EN17	E	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso	ND

EN18	C	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e a reduções alcançadas	ND
EN19	E	Emissão de substâncias destruidoras camada de ozono, por peso	59
EN20	E	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	ND
EN21	E	Descarga total de água por qualidade e destino	ND
EN22	E	Quantidade total de resíduos por tipo e método de eliminação	60-61
EN23	E	Número e volume total de derrames significativos	NR
EN24	C	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados nos termos da Convenção de Basileia, e a percentagem de resíduos transportados internacionalmente	ND
EN25	C	Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor de biodiversidade dos recursos hídricos e respetivos habitats afetados de forma significativa pela descarga e escoamento superficial	NR
Aspeto: Produtos e Serviços			
EN26	E	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacto	56-61
EN27	E	Percentagem recuperada de produtos vendidos respetivas embalagens, por categoria	NR
Aspeto: Conformidade			
EN28	E	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	NR
Aspeto: Transporte			
EN29	C	Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizadas nas operações da organização, bem como no transporte de pessoal	ND
Aspeto: Geral			
EN30	C	Total de custos e investimentos em proteção ambiental, por tipo	ND
Aspeto: Emprego			
LA1	E	Total de mão-de-obra por tipo de emprego, por contrato de trabalho e região	34, 193
LA2	E	Número total de trabalhadores e taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região	34-36, 193
LA3	C	Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial	NR
Aspeto: Relações entre Funcionários e Administração			
LA4	E	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva	34
LA5	E	Prazo mínimo de aviso prévio em caso de alterações operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva	ND
Aspeto: Segurança e Saúde no Trabalho			
LA6	C	Percentagem da totalidade de mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas e saúde ocupacionais	ND
LA7	E	Taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, por região	34, 193
LA8	E	Programas de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco em curso para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou membros da comunidade, afetados por doenças graves	38
LA9	C	Tópicos relativos a saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos	ND
Aspeto: Formação e Educação			
LA10	E	Média de horas de formação por ano, por trabalhador e discriminadas por categoria de funções	36, 193
LA11	C	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiem a continuidade de empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira	36
LA12	C	Percentagem de funcionários que recebam regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira	36-38
Aspeto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades			
LA13	E	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria de acordo com género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	34-36, 74-82
LA14	E	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções	NR
Direitos Humanos			
Aspeto: Práticas de Investimento e de Aquisições			
HR1	E	Percentagem e número total de contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre os direitos humanos ou que foram submetidos a análise sobre direitos humanos	NR
HR2	E	Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativamente ao seu desempenho em direitos humanos e as medidas tomadas	ND
HR3	C	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspetos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação	NR
Aspeto: Não-Discriminação			
HR4	E	Número total de casos de discriminação e ações tomadas	NR
Aspeto: Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Coletiva			
HR5	E	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NR
Aspeto: Trabalho Infantil			
HR6	E	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NR
Aspeto: Trabalho Forçado e Escravo			
HR7	E	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NR
Aspeto: Práticas de Segurança			
HR8	C	Percentagem de pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que não são relevantes para as operações	NR
Aspeto: Direitos dos Povos Indígenas			
HR9	C	Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas	NR

Sociedade			
		Aspeto: Comunidade	
S01	E	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades incluindo no momento da sua instalação, durante a operação e no momento da retirada	ND
		Aspeto: Corrupção	
S02	E	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	88-90
S03	E	Percentagem de trabalhadores que tenham afetado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização	NR
S04	E	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	NR
		Aspeto: Políticas Públicas	
S05	E	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupo de pressão	NR
S06	C	Valor total de contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos e instituições relacionadas, por país	NR
		Aspeto: Concorrência Desleal	
S07	C	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, anti-trust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados	162-164
		Aspeto: Conformidade	
S08	E	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento de leis e regulamentos ambientais	NR
Responsabilidade pelo Produto			
		Aspeto: Saúde e Segurança do Cliente	
PR1	E	Ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactos de saúde e segurança são avaliados com o objetivo de efetuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitos a tais procedimentos	ND
PR2	C	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactos, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respetivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	ND
		Aspeto: Rotulagem de Produtos e Serviços	
PR3	E	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos	NR
PR4	C	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a informação e rotulagem dos produtos e serviços, por tipo de resultado	NR
PR5	C	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação	30
		Aspeto: Comunicações de Marketing	
PR6	E	Programas observância das leis, normas e códigos voluntários relativos a comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	NR
PR7	C	Número total de incidentes resultantes de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, por tipo de resultado	NR
		Aspeto: Privacidade do Cliente	
PR8	C	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	NR
		Aspeto: Conformidade	
PR9	E	Montante de coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços	NR

Fonte: GRI (2006) - "G3: Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade"

C - Indicador complementar

E - Indicador essencial

NR - Indicador "não relevante" ou "não aplicável"

ND - Indicador "não disponível" ou apenas "disponível parcialmente"

Para mais informações por favor contactar:

Gabinete Controlo de Gestão e Auditoria

Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA

Av. Fernão de Magalhães, 1862-13º

4350-158 Porto

e-mail: geral@stcp.pt



9. Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, da "SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A." (Empresa), as quais compreendem: o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 109 617 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 330 719 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 54 545 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- a) a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
- b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados; e
- f) a informação financeira prospetiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da “**SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A.**” em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo nº.7 acima, chamamos a atenção para as situações seguintes:

9.1 –A Empresa mantém a situação de incumprimento do estipulado no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. O aviso convocatório da próxima Assembleia Geral Anual, preparado pelo Conselho de Administração, propõe, no ponto 9, da Ordem de Trabalhos deliberação sobre este assunto.

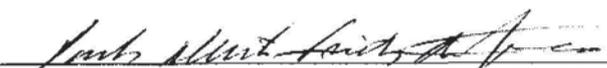
 9.2 – A Empresa mantém sucessivos resultados negativos de exercício, os quais contribuem para o crescente avolumar da situação de capitais próprios negativos. Não obstante essa circunstância, em

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º53
Registada na CMVM com o n.º.1975
Contribuinte n.º.502 138 394*

nosso entendimento, a continuidade das operações não está em causa, atendendo ao facto do capital realizado pertencer integralmente ao Estado e a Empresa prestar um serviço público imprescindível.

Porto, 2 de março de 2012


António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º 177



10. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



***RELATÓRIO ANUAL DO
CONSELHO FISCAL
SOBRE O
O RELATÓRIO E CONTAS DE 2011
DA
SOCIEDADE DE TRANSPORTES
COLECTIVOS DO PORTO, S.A.***

1. Introdução

No cumprimento do estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de Julho, que rege a STCP, S.A. e aprovou os respectivos Estatutos, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e ainda por força do disposto nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório Anual e Parecer sobre o Relatório e Contas de 2011, elaborado pelo Conselho de Administração da STCP, S.A.

Ao abrigo do disposto no ponto 17 dos Princípios de Bom Governo (PBG) das Empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 49/2007, de 28 de Março, o Conselho Fiscal fará constar no presente Relatório uma avaliação do desempenho dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.

O Revisor Oficial de Contas Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, emitiu a respectiva Certificação Legal das Contas a 2 de março de 2012, que se anexa.

O Conselho Fiscal efectuou reuniões e contactos com o Conselho de Administração e os Serviços da Sociedade, dos quais recebeu toda a colaboração e disponibilidade, tendo procedido à elaboração de um relatório semestral, sobre a análise económico-financeira da STCP, suportado no trabalho desenvolvido pelo ROC, do qual foi dado conhecimento ao Conselho de Administração e ao Accionista Estado quer ao nível do Ministério das Finanças, quer do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

2. Análise do Relatório e Contas de 2011

Do Relatório e Contas de 2011 parece-nos de salientar o seguinte:

- Em termos de actividade constatou-se que o volume de negócios da STCP, em 2011, correspondeu a cerca de EUR 54,214 milhões, com um nível de cumprimento de 106,3%, face ao valor previsto no Plano de Atividades para 2011;

- Esta situação teve reflexos na situação económico-financeira da Sociedade. A STCP obteve, em 2011, um resultado líquido negativo, de EUR -54,5 milhões (-45% face ao ano transato), o que, não considerando o efeito da variação do justo valor das operações de cobertura de risco de taxa de juro, representa uma evolução negativa de 16% face ao ano anterior.

- O resultado operacional obteve uma evolução positiva de cerca de 31%, fruto de uma evolução ligeiramente positiva dos rendimentos (apesar dos dois aumentos tarifários) e de uma redução dos gastos operacionais.

- Mais uma vez se constata que o financiamento da actividade da empresa decorreu essencialmente do recurso a capitais alheios, fixando-se abaixo dos 6% de limite de aumento do endividamento fixado no Plano de Estabilidade e Crescimento Económico (PEC).

- O Resultado Financeiro (-48,128 milhões de euros) sofreu um agravamento significativo, ou seja, -70% face a 2010. Refira-se que as condições de financiamento para os empréstimos e descobertos bancários correntes, no ano em análise, foram negociadas dentro das contingências de mercado e seguindo a prática de uma gestão financeiramente racional.

Em 2010, a negociação fixou o *spread* mais alto em 3% e manteve-se a Euribor a 1 mês como a mais usada, com periodicidade mensal de pagamento de juros. Em 2011, a negociação fixou o *spread* mais alto em 8% e a taxa Euribor a 3 meses foi o indexante mais usado e a periodicidade trimestral de pagamento de juros a mais comum. Ou seja, o agravamento deu-se essencialmente devido ao aumento das taxas de juro, pela falta de liquidez nos mercados financeiros, e à maior utilização de linhas de crédito de curto prazo, cuja renegociação permanente agravou os *spreads* e introduziu novos custos pela disponibilização de recursos financeiros em permanência.

- O grau de cumprimento do plano de investimento, em 2011, foi de 22,9% (950 mil euros) face ao objetivo previsto. Num ano de forte contenção de custos e restrições de financiamento, a política de investimentos foi ainda mais criteriosa, cingindo-se praticamente a investimentos de substituição, recuperação de carros elétricos e primeira fase dos projetos de musealização da antiga estação termoelétrica de Massarelos e requalificação do edifício de

Massarelos, com apoios financeiros externos, para rentabilizar os atuais ativos com novas fontes de receita.

- Os objetivos fixados para 2011 tiveram uma **taxa de execução de 111,5%**.

Dos onze indicadores que compõem o contrato de gestão, apenas quatro não atingiram os objetivos previstos. Os resultados devem-se a:

Taxa de ocupação (Passageiros x Km / Lugares x Km), 99% em 2011.

Desde o início do ano e até ao mês de julho este indicador apresentou uma melhoria tendo invertido esta tendência a partir de agosto. As razões prendem-se com a quebra da procura, não tendo os ajustamentos na oferta compensado essa quebra. A partir de setembro houve uma estabilização da taxa de ocupação em 15,1%.

Emissão de Poluentes (Emissões de CO₂ / Passageiros x Km), 97,5% em 2011.

Apesar das emissões de CO₂ por passageiro km terem ficado ligeiramente acima da meta definida é de registar a diminuição de emissões desde o início do ano.

Indicador de Eficiência (custos do efetivo direto / custo do efetivo total), 92,5% em 2011.

Este indicador foi afetado pelo pagamento de indemnizações por cessações de contrato de trabalho no montante total de 2,8 milhões de euros. Caso se exclua esta verba extraordinária, este indicador passaria a 69,2%, o que corresponderia a um grau de execução do indicador para 100,3%, elevando o grau de cumprimento global do contrato de gestão para 112,4%.

Taxa de cumprimento do Plano de Investimentos, 22,9% em 2011.

O baixo grau de cumprimento deste indicador deve-se essencialmente às restrições financeiras e ao limite do acréscimo do endividamento que conduziram a cortes generalizados nos orçamentos nomeadamente no de investimento, apesar de moderado.

- Nos termos do Programa pagar a tempo e horas, aprovado pela RCM n.º 34/2008, de 14 de Fevereiro, o Prazo Médio de Pagamentos apresentado pela STCP, em 31 de Dezembro de 2012, foi de 52,2 dias, com uma diminuição de cerca de 21 dias face a 2009 e um grau de cumprimento de 103%, quando comparado com a meta prevista no Contrato de Gestão, de 54 dias.

- Relativamente à gestão do risco financeiro, a empresa procedeu, em Novembro de 2007, à contratação de operações de cobertura do risco de taxa de juro. Estas operações foram efectuadas tendo por base o empréstimo obrigacionista emitido no ano. A cobertura incide sobre 50 milhões de euros e foi repartida por duas operações de 25 milhões de euros

cada, qualquer uma delas a vigorar até ao final da operação coberta, Junho de 2022. São operações de taxa fixa nos três primeiros anos, passando a variáveis pelos restantes onze anos e meio. Estas operações swap de taxa de juro estão relevadas nas contas da empresa pela aplicação do justo valor como critério de mensuração dos instrumentos financeiros.

▪ Em 2011, foram tomadas as seguintes diligências no âmbito do cumprimento das recomendações do accionista emitidas aquando da aprovação de contas de 2009:

a) Cumprimento da redução do prazo médio pagamento (PMP), nos termos da RCM 34/2008 de 14 de Fevereiro;

b) Regularização da prestação de seguro de caução, nos termos do nº 1 do artigo 396º CSC. Este assunto já se encontrava negociado e contratado, não obstante as dificuldades do mercado nesse tipo de cobertura de risco, e garantiu a caução exigida;

c) Reformulação do Plano de Actividades e Investimentos obtendo-se um crescimento do endividamento não superior a 6%.

▪ Ainda durante o ano de 2011, e em resultado das medidas no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento Económico (PEC), e do Memorando de Entendimento sobre os condicionalismos da política económica, a STCP levou a cabo as seguintes ações:

Plano de Redução dos Custos – Pessoal

Em janeiro de 2011 a empresa aplicou, com base no previsto no Artigo 19º da Lei 55-A/2010 de 31 de dezembro, a redução remuneratória a todos os trabalhadores que auferem remunerações líquidas mensais superiores a 1.500 euros. No âmbito da lei do Orçamento de Estado, as alterações remuneratórias não se cingiram às reduções das remunerações líquidas mensais referidas, mas também nomeadamente à proibição de alterações de posicionamento remuneratório, progressões, atribuições de prémios de desempenho ou de gestão, acumulação de pensões com remunerações, bem como à introdução da tributação em IRS do uso de viaturas e de alterações do cálculo dos trabalhos suplementar e noturno. Em dezembro a empresa respeitou a Lei nº 49/2011, de 7 de setembro, aplicando uma sobretaxa extraordinária correspondente a 50 % da parte do valor devido do subsídio de Natal ou da prestação adicional correspondente ao 13.º mês que, depois de deduzidas as retenções previstas no artigo 99.º e as contribuições obrigatórias para regimes de proteção

social e para subsistemas legais de saúde, exceda o valor da retribuição mínima mensal garantida.

Durante o ano de 2011 saíram 189 trabalhadores, dos quais 46 por mútuo acordo e 111 por reforma. Não tendo sido ainda aprovado pelo Governo o plano extraordinário de saída de efetivos, conforme requerimento apresentado em junho de 2010, foram sendo concretizadas as rescisões possíveis de acordo com os números legalmente permitidos.

Em 31 de dezembro, o número de trabalhadores da STCP era de 1.318, menos 12% do que no ano anterior, na mesma data.

Plano Estratégico dos Transportes / Nomeação de Grupo de Trabalho para revisão da Rede de Transportes na Área Metropolitana do Porto

O Plano Estratégico dos Transportes, autorizado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, publicada no Diário da República, 1ª série, nº 216 de 10 de novembro, refere relativamente à STCP o objetivo de redução da oferta até final de 2011 em cerca de 11%, a adoção de um tarifário único – Andante – em 2012, a fusão com a Metro do Porto e a redução de custos e investimentos.

Através do Despacho n.º 13371/2011, de 6 de outubro, o Governo criou um Grupo de Trabalho, coordenado pelo Dr. Pedro Manuel Almeida Gonçalves, e constituído por um elemento de cada um das entidades – Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, STCP, Metro do Porto, CP e ANTROP – com o objetivo de apresentar uma proposta de revisão das redes de transportes públicos na Área Metropolitana do Porto. O trabalho foi concluído em 30 de novembro.

Reestruturação do serviço de autocarros, nomeadamente nas linhas com menor rentabilidade e com pouca utilização pelos clientes, com melhoria da eficiência

A otimização do nível de oferta é uma atividade contínua na STCP com procedimentos de ajustamento rigorosos desde 2007, após adoção da bilhética sem contacto. Em 2011 concretizaram-se vários ajustamentos de horários e percursos nas linhas de serviço público, tendo-se atingido uma redução de aproximadamente 1,2 milhões de quilómetros produzidos, menos 4% relativamente a 2010.

Redução de Gastos Operacionais

No âmbito do P.E.C. e das medidas de austeridade, os gastos operacionais apresentaram no final de 2011, relativamente a 2010, uma redução de 2,2% em virtude do agravamento dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e CMVC de 0,4%, sobretudo por efeito dos gastos com combustíveis e dos contratos de operação da STCP com Operadores Privados. Se forem excluídas as indemnizações por rescisões de contato, a redução dos gastos operacionais atinge os 4,6%. Os Gastos com Pessoal, com indemnizações por rescisões, registaram uma redução de 7,7% e de 12%, se excluídas estas indemnizações.

Na comparação da evolução dos gastos operacionais 2011 / 2009 foi obtida uma redução de 8,8%, essencialmente pela redução em 9,3% dos gastos com pessoal.

- Salientamos, com alguma preocupação, o elevado nível de endividamento da empresa, sobretudo no médio e longo prazo, com elevados encargos financeiros, para financiar a actividade da empresa, nomeadamente o plano de investimentos.
- O Capital Próprio da STCP, S.A. é crescentemente negativo, por via dos sucessivos aumentos da rubrica Resultados Transitados, atingindo em 2011, -330,719 milhões de euros, ou seja, o passivo da empresa excede o seu activo por este mesmo valor.
- Por fim, reiteramos as ênfases assinaladas na certificação legal das contas e no relatório de auditoria emitida pelo ROC da sociedade, nomeadamente quanto ao incumprimento do disposto no art. 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

2. Avaliação do desempenho dos gestores

A avaliação dos gestores de forma individualizada tem, entre outros, como pressuposto principal a existência de um contrato de gestão que defina, para cada um deles, objectivos e estabeleça metas quantificáveis, em cumprimento do disposto no artigo 18.º do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março. Os contratos em causa foram outorgados entre o Accionista Estado e os gestores públicos da STCP, S.A., em Junho de 2009, nos quais se fixaram orientações estratégicas e objectivos de gestão

anuais, para o período de 2009-2011, bem como, as componentes fixa e variável da remuneração, esta última associada ao grau de atingimento dos objectivos de gestão.

Ora, considerando os valores evidenciados no Relatório e Contas de 2011, que não nos suscitam quaisquer reparos, apurou-se um grau de atingimento dos objectivos de gestão traçados para 2011, de 111,5%, pelo que, de uma forma global e atendendo à análise supra exposta, avaliamos de uma forma positiva o desempenho dos gestores da STCP realizado no exercício de 2011.

Apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo

Na sequência das alterações introduzidas ao Código das Sociedades Comerciais (CSC) pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, o Governo determinou a adopção obrigatória de um novo modelo de fiscalização para empresas que sejam emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado (sociedades emitentes) e para grandes sociedades que, não sendo totalmente dominadas por outras sociedades que adoptem este modelo, durante dois anos consecutivos, ultrapassem dois dos limites nele estabelecidos (artigo 413.º do CSC).

As disposições constantes do CSC aplicam-se subsidiariamente às empresas que integram o SEE por força do disposto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, quer sob a forma de Sociedades Anónimas, quer sob a forma de Entidades Públicas Empresariais, quer sob a forma de Sociedades Anónimas, quer sob a forma de Entidades Públicas Empresariais.

Nesta conformidade e preenchendo a STCP,SA, à data da Assembleia Geral Anual, realizada em 21 de Abril de 2008, os requisitos legais para o efeito, foi assegurada a transição do respectivo modelo de fiscalização, adequando-o às referidas disposições do CSC, o qual passou a ser composto por um Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não é membro daquele órgão.

Face àquela alteração, a estrutura de governo da sociedade passou a adoptar a modalidade de Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e SROC, cujos membros dos respectivos órgãos, eleitos para o mandato 2009-2011, se encontram identificados no Relatório e Contas de 2010.

Salienta-se o esforço do Conselho de Administração da STCP, SA no sentido da definição de objectivos de gestão e no seu alcance, bem como no cumprimento das obrigações estabelecidas nos Princípios de Bom Governo, através, nomeadamente, da inclusão no Relatório e Contas de 2011 de um ponto específico sobre ao governo das sociedades, no qual consta, designadamente, uma avaliação do grau de cumprimento daqueles princípios.

De igual modo e tendo presente as orientações estratégicas globais para o SEE, definidas através da RCM n.º 70/2008, de 22 de Abril e o Contrato de Gestão subscrito por cada um dos membros do Conselho de Administração da STCP, S.A., sublinha-se que este Conselho de Administração evidencia no Relatório e Contas de 2011, bem como no Relatório de Execução do Contrato de Gestão 2011, as ações e os projectos que vão ao encontro das mesmas.

A actividade da empresa, explicitada no Relatório de Gestão e Sustentabilidade do exercício, reflectiu:

- A orientação do serviço para o cliente e a melhoria dos respectivos níveis de qualidade;
- A contribuição para o aumento sustentado de passageiros de transporte público na AMP;
- A contribuição para o aprofundamento da criação de um eficiente e eficaz Sistema de Transportes na AMP, em cooperação com os demais operadores intervenientes, públicos e privados, designadamente na coordenação de redes, horários, bilhética, informação ao público e rede de vendas;
- A concretização de acções de inovação que contribuam para a sustentabilidade ambiental, nomeadamente para a diminuição do nível de emissões poluentes;

- Também as acções e medidas concretizadas ao longo do ano, decorrentes da certificação obtida pela empresa em Dezembro de 2008, introduziram melhorias assinaláveis em muitas áreas e actividades;
- A contenção do agravamento do défice operacional, nomeadamente através do controlo de custos, do reforço da racionalidade económica, perseguindo a diminuição do peso financeiro do SEE, através da melhoria do desempenho da Sociedade,
- A preservação da componente social do transporte público;
- A promoção de um clima de paz social na empresa, estimulando o aumento da produtividade através da partilha de objectivos e responsabilidades com os trabalhadores;
- A formalização da proposta de contratualização do serviço público a prestar pela STCP;
- A participação activa na definição do modelo de financiamento do sistema e da adequada regulamentação do mercado;
- De igual modo, a formalização da proposta de equilíbrio económico-financeiro da empresa.

Ainda relativamente aos objectivos de gestão e metas quantificadas, reforça-se que a Tutela fixou contratualmente objectivos anuais, tendo-se verificado que globalmente o Contrato de Gestão foi cumprido e até ligeiramente superado com um nível global de execução de 111,5%.

A análise individual dos 11 indicadores mostra que houve cumprimento em 7 deles, com um nível de cumprimento significativamente excedentário em quatro – Margem do EBITDAR, ROACE, Peso dos Títulos Intermodais e Índice de Qualidade da Oferta– com cumprimento claro em outros três indicadores – Prazo Médio de Pagamentos, Volume de Negócios, Custos Operacionais,– restando quatro, com grau de cumprimento de 22,9% a 99% – Taxa de Ocupação, Emissão de Poluentes e Indicador de Eficiência e Taxa de Cumprimento do Plano de Investimentos.

Em face do exposto, fazemos uma apreciação positiva da actividade do Conselho de Administração da STCP, S.A.

3. Conclusão

Assim, considerando os elementos disponibilizados, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, conclui que o Relatório e Contas de 2011 responde às exigências legais aplicáveis, divulgando de forma adequada a evolução da actividade da STCP. Contempla igualmente, em capítulos autónomos, um conjunto vasto de informação em consonância com o disposto no Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na sua actual redacção, nos Princípios de Bom Governo das Empresas do SEE, anexos à RCM n.º 49/2007, de 1 de Fevereiro, bem como nas demais orientações transmitidas pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, em representação do accionista Estado, pelo que somos de parecer que, sem prejuízo:

- da análise feita pelo Conselho Fiscal, acompanhar a opinião do Revisor Oficial de Contas, e reiterar as ênfases constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, nomeadamente, a assinalada no Relatório de Contas quanto ao incumprimento do disposto no art. 35.º do Código das Sociedades Comerciais; e

- de salientarmos, com alguma preocupação, o elevado nível de endividamento da empresa, resultante da utilização sistemática do recurso a capitais alheios, com elevados encargos financeiros, para financiar a sua actividade, nomeadamente o plano de investimentos.

propomos que sejam aprovados:

- O Relatório e Contas de 2011 apresentado pelo Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.; e

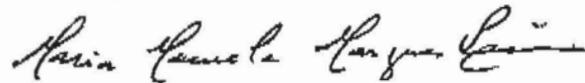
- Que seja apreciada a proposta de aplicação integral dos Resultados Líquidos apurados no exercício, no valor de -54.545.474,57 euros, na conta de Resultados Transitados apresentada pela Administração, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Porto, 8 de Março de 2012

O Presidente do Conselho Fiscal,



Os Vogais do Conselho Fiscal,



Ara Alexandra Filipe Freitas

